



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO – RS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA  
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

AGOSTO, 2013

REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ulrika Arns

VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

Prof. Dr. Almir Barros da Silva Santos Neto

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elena Maria Billig Mello

DIRETOR DO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO – RS

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daniela Vanila Nakalski Benetti

COORDENADOR ACADÊMICO DO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO – RS

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kamilla Raquel Rizzi

COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR EM TECNOLOGIA DE GESTÃO PÚBLICA – UNIPAMPA

Prof. M.Sc. Jeferson Luís Lopes Goularte

COORDENADOR SUBSTITUTO DO CURSO SUPERIOR EM TECNOLOGIA DE GESTÃO PÚBLICA – UNIPAMPA

Prof. M.Sc. Everton da Silveira Farias

DOCENTES DO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

Msc. Alcívio Vargas Neto

Dr<sup>a</sup>. Ana Monteiro Costa

Msc. Ana Luiza de Souza Soares

Dr<sup>a</sup>. Anna Carletti

Msc. Ariel Behr

Dr. Avelar Batista Fortunato

Msc. Camila Furlan da Costa

Msc. Carina Cipolat

Msc. Carlos Hernán Rodas Céspedes

Msc. Carolina Freddo Fleck

Msc. César Augustus Techemayer

Msc. Cristian Wittmann

Dr<sup>a</sup>. Daniela Vanila Nakalski Benetti

Msc. Eduardo Angeli

Msc. Everton da Silveira Farias

Msc. Fabiane Tubino Garcia

Dr. Fábio Régio Bento

Msc. Flávio Augusto Lira Nascimento

Msc. Gleicy Denise Vasques Moreira Santos

Dr. Gustavo de Oliveira Aggio

Msc. Hector Cury Soares

Dr. Humberto José da Rocha

Msc. Jamur Johnas Marchi

Msc. Jeferson Luís Lopes Goularte

Dr. João Garibaldi Almeida Viana

Msc. Kalinca Léia Becker

Msc. Kamilla Raquel Rizzi

Msc. Kathiane Benedetti Corso

Msc. Luiz Edgar Araújo Lima

Msc. Marta Olivia Rovedder de Oliveira

Msc. Mauro Barcellos Sopena

Msc. Nathaly Xavier Schultz

Msc. Paulo Vanderlei Cassanego Junior

Msc. Rafael Balardin

Msc. Rafael Vitória Schmidt

Msc. Renato José da Costa

Msc. Ricardo Gonçalves Severo

Msc. Rodrigo Alexandre Benetti

Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão

Msc. Silvia Amélia Mendonça Flores

Msc. Thadeu José Francisco Ramos

Msc. Tiago Zardin Patias

Msc. Vanessa Rabelo Dutra

Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

Dr. Wilson Vieira

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	07
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	09
1.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA.....	09
<b>1.1.1 Estrutura da UNIPAMPA</b> .....	13
1.2 REALIADE REGIONAL.....	13
<b>1.2.1 Contexto Educacional</b> .....	15
<b>1.2.2 Setor Público de Santana do Livramento</b> .....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
1.4 LEGISLAÇÃO.....	18
<b>2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</b> .....	20
2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	20
<b>2.1.1 Perfil do Curso</b> .....	20
<b>2.1.2 Objetivos</b> .....	21
<b>2.1.3 Perfil do Egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública</b> .....	21
2.2 DADOS DO CURSO.....	22
<b>2.2.1 Administração Acadêmica</b> .....	22
<b>2.2.2 Funcionamento</b> .....	24
<b>2.2.3 Formas de Ingresso</b> .....	24
2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	27
<b>2.3.1 Integralização Curricular</b> .....	27
<b>2.3.1.1 Atividades Complementares de Graduação (ACG)</b> .....	27
<b>2.3.1.2 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)</b> .....	28
<b>2.3.1.3 Estágio</b> .....	28
<b>2.3.1.4 Plano de Integralização do Curso</b> .....	28
<b>2.3.2 Metodologias de Ensino e Avaliação</b> .....	28
<b>2.3.3 Matriz Curricular</b> .....	29
<b>2.3.4 Ementário</b> .....	32
<b>2.3.4.1 Ementas do Componentes Curriculares Obrigatórios</b> .....	32
<b>2.3.4.2 Ementas dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação</b> .....	46
<b>2.3.5 Flexibilidade Curricular</b> .....	57
<b>2.3.6 Matriz Curricular Anterior</b> .....	57
<b>2.3.7 Equivalências dos Componentes Curriculares</b> .....	59
<b>3 RECURSOS</b> .....	62
3.1 CORPO DOCENTE.....	62
3.2 CORPO DISCENTE.....	64
3.3 INFRAESTRUTURA.....	66
<b>4 AVALIAÇÃO DO CURSO</b> .....	67
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	69
<b>APÊNDICE – Regulamento para a elaboração do artigo de trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública</b> .....	73

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Coordenação do Curso .....	23
<b>Quadro 2</b> – Núcleo Docente Estruturante.....	23
<b>Quadro 3</b> - Integralização Curricular.....	27
<b>Quadro 4</b> - Matriz Curricular .....	29
<b>Quadro 5</b> - Componentes Curriculares Complementares de Graduação .....	31
<b>Quadro 6</b> – Matriz Curricular Anterior .....	57
<b>Quadro 7</b> - Componentes Curriculares Complementares de Graduação Anterior .....	58
<b>Quadro 8</b> – Equivalência dos Componentes Curriculares .....	59
<b>Quadro 9</b> – Equivalência dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação .....	60
<b>Quadro 10</b> - Docentes da Comissão do Curso.....	62

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização dos municípios sedes dos <i>campi</i> da universidade.....	12
<b>Figura 2</b> – Localização do município de Santana do Livramento.....	14
<b>Figura 3</b> – Foto panorâmica das cidades de Rivera e Santana do Livramento.....	15

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Número de alunos por curso no Campus Santana do Livramento	13
<b>Tabela 2</b> - Censo Escolar 2011 – 19ª Coordenadoria Regional de Educação do RS.....	15
<b>Tabela 3</b> - Censo Escolar 2010 – Rivera – Uruguai.....	16
<b>Tabela 4</b> - Número de servidores/empregados públicos das organizações públicas de Santana do Livramento.....	16
<b>Tabela 5</b> - Vagas a serem supridas pelas organizações públicas de Santana do Livramento.....	17

## APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB prevê flexibilidade no que se refere às formas de organização escolar, permitindo que se atenda, de acordo com as peculiaridades regionais e locais, as diferentes clientela e necessidades no processo de aprendizagem (VIEIRA, 2002). Em seu artigo 53, a LDB refere-se à autonomia das instituições de Ensino Superior. Várias são as atribuições destas das quais citam-se a autonomia, a participação e a descentralização no processo educativo, consistindo uma ótima oportunidade para se chegar à democratização do ensino. Para Elzirik (2003), a democracia pode ser vista como a participação ativa num processo com o qual se está comprometido.

Uma das atividades que apresenta essas características, se for trabalhada de uma forma democrática e participativa, é a construção do Projeto Pedagógico do Curso. Este trabalho permite repensar o tipo de estrutura organizacional e estilos de ação, enfatizando uma proposta coletiva e solidária. Durante esta construção precisa-se responder a três perguntas básicas: que tipo de homem se quer formar e com que meios, que tipo de sociedade se deseja e o que a instituição pode e deve fazer considerando a realidade em que está inserida (SAUL, 1995).

Nesta perspectiva, o projeto pedagógico quer demonstrar como é concebido o Curso e quais são os objetivos propostos de acordo com a opinião de toda a comunidade acadêmica. É um planejamento coletivo, flexível, pensado, questionado e refletido em busca de um egresso que dê conta das demandas atuais da sociedade. Para Veiga (2003), o Projeto Pedagógico visa melhorar a qualidade da educação para que todos aprendam mais e melhor. Essa preocupação se expressa muito bem na tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho. O objetivo final sempre é o de formar um educando que domine conhecimentos, dotado de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema sócio-político e desenvolver-se pessoal e socialmente.

Fundamentados nessas questões, este Projeto Pedagógico é apresentado como a identidade do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, construída pela comunidade acadêmica, e demonstra a direção do trabalho pedagógico do Curso. Este projeto foi reformulado, tendo em vista o caráter de incompletude do documento, ou seja, a necessidade do constante (re) olhar a fim de revisá-lo, problematizá-lo e reconfigurá-lo de acordo com o cotidiano acadêmico. Esta revisão do Projeto representa sua reestruturação a partir do Projeto inicial, desenvolvido em 2009, avaliado pelo INEP em 2011 com nota 4. Nesse sentido, acredita-se que o Projeto pode continuar sofrendo atualizações e alterações para adequá-lo ao contexto e realidade dos discentes e comunidade acadêmica em geral.

O Curso iniciou no 1º semestre de 2009 pela iniciativa da Universidade Federal do Pampa de ampliar suas ações em face de seu compromisso com a região em ofertar mais cursos de formação superior a partir da análise do potencial de demanda e empregabilidade dos egressos do curso de tecnologia. O curso formou a primeira turma em março de 2012 e possui três turmas em formação que estão participando do processo de reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso. Para realizar a revisão, a coordenação do Curso desenvolveu o projeto de ensino “Reorganização do PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública”, contemplado com uma bolsa PBDA, com duração de maio de 2012 a dezembro de 2012, com o objetivo de é analisar a organização didático-pedagógica do curso em questão, e propor um novo projeto pedagógico do curso de acordo com as diretrizes nacionais e normas acadêmicas da Universidade. Este projeto consiste em um apoio ao Núcleo Docente estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Em síntese, o documento atual que se apresenta reflete um trabalho feito à muitas mãos, no decorrer de mais de um ano de atividades. O projeto pedagógico do Curso Superior

de Tecnologia em Gestão Pública esta composto dos seguintes tópicos: contextualização, organização didático pedagógica, recursos e avaliação.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo apresenta-se a Universidade Federal do Pampa, onde se explana aspectos de sua criação e contexto da realidade regional, culminando com a explicitação do perfil do egresso da universidade. Após, segue a justificativa do presente projeto e a legislação que o embasa.

### 1.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior, que vem sendo promovida pelo governo federal. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma instituição federal de ensino superior. Em 22 de novembro de 2005, essa reivindicação foi atendida mediante o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade.

O consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. A instituição, com formato *multicampi*, estabeleceu-se em dez cidades do Rio Grande do Sul, com a Reitoria localizada em Bagé, à Rua General Osório, nº 900, Centro - CEP 96400-100. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaquí, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. A estrutura delineada se estabelece procurando articular as funções da Reitoria e dos campi, com a finalidade de facilitar a descentralização e a integração dos mesmos. As instituições tutoras foram também responsáveis pela criação dos primeiros cursos da UNIPAMPA.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7.204/2006, que propunha a criação da UNIPAMPA. E, em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640, cria a Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008).

Foram criados grupos de trabalho, grupos assessores, comitês ou comissões para tratar de temas relevantes para a constituição da nova universidade. Entre eles estão às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de assistência estudantil, de planejamento e avaliação, o plano de desenvolvimento institucional, o desenvolvimento de pessoal, as obras, as normas

acadêmicas, a matriz para a distribuição de recursos, as matrizes de alocação de vagas de pessoal docente e técnico-administrativo em educação, os concursos públicos e os programas de bolsas. Em todos esses grupos foi contemplada a participação de representantes dos dez campi.

A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. Adota os seguintes princípios orientadores de seu fazer:

1. Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade.

2. Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas.

3. Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.

Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Neste sentido, a política de ensino será pautada pelos seguintes princípios específicos:

1. Formação para cidadania, que culmine em um egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;

2. Educação como um processo global e interdependente, implicando compromisso com o sistema de ensino em todos os níveis;

3. Qualidade acadêmica, traduzida pela perspectiva de totalidade que envolve as relações teoria e prática, conhecimento e ética e compromisso com os interesses públicos;

4. Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;

5. Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;

6. Equidade de condições para acesso e continuidade dos estudos na Universidade;

7. Reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo;

8. Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;

9. Coerência na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas e na avaliação;

10. Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

A concepção de pesquisa na UNIPAMPA está voltada para a construção de conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar, e busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializem o desenvolvimento local e regional de

forma ética e sustentável. Os seguintes princípios orientam as políticas de pesquisa:

1. Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;

2. Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;

3. Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável.

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade, adotam-se os seguintes princípios específicos:

1. Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da metade sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

2. Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão-dupla e de troca de saberes. A extensão na UNIPAMPA deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da universidade.

3. Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos.

4. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente.

Atualmente são ofertados na instituição 63 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.120 vagas disponibilizadas anualmente, sendo que 50% delas são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas. A Universidade conta com um corpo de servidores composto por 590 docentes e 551 técnicos-administrativos em educação que proporcionam suporte para atender os discentes que podem realizar os seguintes cursos, ofertados nos 10 campi da Universidade:

1. Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia Software e Engenharia de Telecomunicações;

2. Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Licenciatura em Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas e licenciatura em Música;

3. Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Licenciatura em Ciências Exatas, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;

4. Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio e Licenciatura em Ciências da Natureza;

5. Campus Itaqui: Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Licenciatura em Matemática e Engenharia de Agrimensura;

6. Campus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); Licenciatura em História, Curso Superior de Tecnologia em Turismo e Produção e Política Cultural;

7. Campus Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Direito,

Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;

8. Campus São Borja: Cursos de Comunicação Social – Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda; Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Licenciatura em Música;

9. Campus São Gabriel: Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;

10. Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Licenciatura em Ciências da Natureza, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Licenciatura em Educação Física e Fisioterapia.

A oferta desses cursos contempla, também, o turno da noite em todos os campi, contribuindo assim para a ampliação do acesso de alunos trabalhadores ao ensino superior.

Além disso, a instituição busca avançar na oferta de cursos de pós-graduação, mestrados e especializações. Atualmente, na UNIPAMPA, encontra-se em funcionamento oito Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (nível de Mestrado). São eles: Mestrado em Ciência Animal e Mestrado em Ciências Farmacêuticas (Campus Uruguaiana); Mestrado em Ciências Biológicas (Campus São Gabriel); Mestrado em Bioquímica (Campus Uruguaiana); Mestrado em Engenharia (Campus Alegrete); Mestrado em Engenharia Elétrica (Campus Alegrete); Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (Campus Bagé); Mestrado Profissional em Educação (Jaguarão). Além dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, a Universidade possui, em andamento, os seguintes cursos de Especialização: Especialização em Tecnologia no Ensino de Matemática, Especialização em Engenharia Econômica e Especialização de Práticas em Ensino de Física (Campus de Alegrete); Especialização em Letras e Linguagens, Especialização em Leitura e Escrita e Especialização em Sistemas Distribuídos com Ênfase em Banco de Dados (Campus Bagé); Especialização em Produção Animal (Campus de Dom Pedrito); Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira (Campus de Santana do Livramento); Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intra-familiar, Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio (Campus de São Borja); Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade (Campus de São Gabriel); Especialização em Culturas, Cidades e Fronteiras (Campus Jaguarão); Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Especialização em Ciências da Saúde, Especialização em Educação em Ciências, Especialização em Enfermagem na Saúde da Mulher, Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Campus de Uruguaiana). Na Figura 1 apresenta-se a localização dos dez campi da Universidade.



**Figura 1** – Localização dos municípios sedes dos *campi* da universidade.

**Fonte:** Projeto Institucional da UNIPAMPA de 2009.

### 1.1.1 A Estrutura da UNIPAMPA

A Universidade, com organização *multicampi*, tem sede em Bagé, na qual está instalada a Reitoria, e está consolidada em dez municípios, como: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Até 2009, a UNIPAMPA teve como órgão máximo de deliberação um Conselho Provisório, formado pelos dirigentes da reitoria e das unidades acadêmicas. Por meio desse órgão, foram tomadas as principais decisões relativas à implantação e ao desenvolvimento da Universidade. Em cada Campus, foram constituídos, como órgãos máximos de deliberação nesse nível, os Conselhos de Campus.

Com a aprovação do Estatuto e do Regimento Geral, constituem-se os seguintes órgãos colegiados: Conselho Universitário, Conselho Curador, Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselhos de Campus.

O Campus Santana do Livramento, sede do Curso, tem a sua estrutura administrativa de gestão composta por diretor, coordenador acadêmico e coordenador administrativo. Além da estrutura administrativa existem os coordenadores de Curso de Graduação e Pós-Graduação e os órgãos colegiados: Conselho do Campus, Comissões Locais de Ensino, Pesquisa e Extensão. O Campus passa oferecer a partir de 2014, também, o Curso de Direito. Além de ser reedita a Pós-graduação em Desenvolvimento em Regiões de Fronteira. Na Tabela 1 apresenta-se o número de alunos no Campus Santana do Livramento.

**Tabela 1** - Número de alunos por curso no Campus Santana do Livramento

<b>Cursos</b>	<b>Alunos *</b>
Administração (Diurno e Noturno)	431
Ciências Econômicas	147
Tecnologia em Gestão Pública	158
Relações Internacionais	197
<b>TOTAL</b>	<b>933</b>

Fonte: Secretaria Acadêmica

\*Dados referentes à 2013/1

### 1.2 REALIDADE REGIONAL

A região onde a universidade está inserida está localizada na faixa da fronteira com o Uruguai e a Argentina chamada “Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul”. De acordo com o Ministério da Integração, “a denominada Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul é um território de aproximadamente 150.000 km<sup>2</sup>, com 104 municípios fazendo fronteira com o Uruguai e a Argentina” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2008). Tomando-se o espaço de inserção da UNIPAMPA neste contexto, esta abarca três Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os chamados COREDES, que são regiões geopolíticas do estado do RS, a Região Fronteira Oeste (13 municípios), a Região da Campanha (7 municípios) e a Região Sul (22 municípios).

No Projeto Institucional da UNIPAMPA podemos verificar:

A região em que a UNIPAMPA está inserida já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi

igualmente decrescente. Em termos comparativos, destaca-se que as regiões norte e nordeste do estado possuem municípios com altos Índices de Desenvolvimento Social - IDS, ao passo que, na metade sul, os índices variam de médios a baixos. A metade sul perdeu espaço, também, no cenário do agronegócio nacional devido ao avanço da fronteira agrícola para mais próximo de importantes centros consumidores. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente, colaboram para o cenário econômico aqui descrito (UNIPAMPA, 2009, p. 7).

No entanto, a partir do estudo realizado na construção do Projeto Institucional os membros da comunidade acadêmica verificam que a região apresenta potencialidades tendo como relevância a sua posição em relação ao MERCOSUL, o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande, a abundância de solo de boa qualidade, os exemplos de excelência na produção agropecuária, as reservas minerais e a existência de significativas instituições de ensino e pesquisa (UNIPAMPA, 2009).

Santana do Livramento – RS, Campus da UNIPAMPA onde se insere o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UNIPAMPA, situa-se na fronteira Brasil/Uruguai a chamada “Fronteira da Paz” (FIGURA 2).



**Figura 2** – Localização do município de Santana do Livramento.

**Fonte:** RIO GRANDE DO SUL, Fundação de Economia e Estatística, 2012.

Nas palavras de Gutierrez-Bottaro (2002, s/n):

Las ciudades fronterizas de Rivera y Santana do Livramento tienen, en conjunto, una población de 189.000 habitantes. Una característica muy peculiar de esta frontera es que no existe ningún obstáculo geográfico que separe a las ciudades. Están separadas (o unidas) solamente por una calle y por una plaza denominada ‘Parque Internacional’.

Seguindo informações disponibilizadas por Gutierrez-Bottaro (2002), e utilizando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, deu-se conta que este grupamento populacional pode ser considerado uma das 10 maiores cidades do estado do Rio Grande do Sul e entre as 5 maiores do Uruguai, conforme pode-se observar na Figura 3.



**Figura 3** - Foto panorâmica das cidades de Rivera e Santana do Livramento  
**Fonte:** BADRA, D. apud MEIRELLES, V. A. G. (2006, p. 4)

A Universidade, em Santana do Livramento, está sediada em um prédio próprio, sob o endereço: Rua Barão do Triunfo, nº 1048. Além do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, o Campus conta com os cursos de Administração, Ciências Econômicas e Relações Internacionais. A proposta curricular que se está construindo prevê interligação entre os cursos ofertados, permitindo que o desenvolvimento das atividades ocorra interdisciplinarmente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

### 1.2.1 Contexto Educacional

O contexto regional que a UNIPAMPA, está inserida envolve diretamente seis coordenadorias regionais de educação, que são subdivisões utilizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Em Santana do Livramento está a sede da 19ª Coordenadoria, que abarca além da sede, mais quatro municípios circunvizinhos (Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul e São Gabriel). No total são aproximadamente 50 mil estudantes de nível básico, fundamental, médio e superior, distribuídos em instituições de ensino municipais, estaduais, federais e particulares desta região, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2** - Censo Escolar 2011 – 19ª Coordenadoria Regional de Educação do RS

<b>Modalidade</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
Creche	1328	666
Pré-escola	2708	476
Ensino Fundamental	29715	1380
Ensino Médio	7971	439
Educação Profissional	352	220
Educação Especial	180	304
Educação de Jovens e Adultos	3651	97
Ensino Superior	449*	642*
<b>TOTAL</b>	<b>45905</b>	<b>3582</b>

Fonte: SEC, 2012.

\*Dados referentes a 2009. Fonte: INEP, 2012.

Além destes números, não se pode deixar de considerar o contexto educacional de Rivera-Uruguai, pelos aspectos fronteiriços já apresentados, com mais de 25 mil estudantes da

educação inicial, primária, secundária e universitária, conforme apresentado na Tabela 3.

**Tabela 3 - Censo Escolar 2010 – Rivera – Uruguai**

<b>Modalidade</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
Educação Inicial	3678	449
Educação Primária	11815	665
Educação Primária Especial	252	0
Educação Média Básica	5819	532
Educação Média Superior	3828	170
Educação Terciária Não Universitária	1178	0
Educação Universitária	36	0
<b>TOTAL</b>		

Fonte: Anuário MEC Uruguai, 2010.

Percebe-se nos dados Uruguaios as peculiaridades do seu sistema educacional, principalmente com a opção de concentrar a educação universitária em Montevideu, obrigando a população a deslocar-se até a capital do seu país para aperfeiçoar-se. No entanto, com o Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004, que estabelece o Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios, é permitida a todos os cidadãos Uruguaios ou Brasileiros a frequência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados.

Com todo este contexto educacional, é possível perceber que há elevada demanda de educação superior na região, comprovada pelos dados de estudantes nos ensino fundamental e médio, bem como a possibilidade de que os vizinhos uruguaios, também possam ingressar nos bancos universitários, aperfeiçoando a integração entre os dois países.

### **1.2.2 Setor Público em Santana do Livramento**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está sediado no Município de Santana do Livramento que possui um quantitativo significativo de organizações públicas municipais, estaduais e federais. O Município, pela sua localização fronteiriça, possui um número expressivo de militares, órgãos de fiscalização aduaneira, e sedia órgãos de atuação regional como Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria da Fazenda Nacional, Coordenadoria Regional de Educação, Coordenadoria Regional do Instituto-Geral de Perícias do Estado, entre outras. Além disso, tem aumentado o número de instituições de ensino superior, nos últimos anos, a partir das políticas públicas de expansão da educação superior para regiões com baixo índice de desenvolvimento.

Buscando conhecer as organizações públicas que atuam no Município foi realizada uma pesquisa, no período de maio a junho de 2012, junto quarenta e quatro organizações públicas locais (18 municipais, 13 estaduais, 13 federais) para levantar o número efetivo de servidores, visando demonstrar o potencial de demanda e empregabilidade para os Egressos do Curso Superior de Gestão Pública da UNIPAMPA. A Tabela 4 apresenta o mapeamento das organizações públicas que atuam em Santana do Livramento, nas três esferas.

**Tabela 4 - Número de servidores/empregados públicos das organizações públicas de Santana do Livramento**

<b>Esferas</b>	<b>Servidores/Empregados públicos</b>
Municipais	1.813
Estatuais	473
Federais	884

**TOTAL****3.170**

Fonte: Elaborado com base nas informações fornecidas pelas organizações públicas

A pesquisa também questionou aos responsáveis pelas organizações públicas o quantitativo de servidores necessários para viabilizar o atendimento adequado à população santanense e da região. Muitas das organizações pesquisadas não informaram este quantitativo, mas verificou-se a necessidade de ampliação do número de servidores em algumas organizações, principalmente na área de segurança pública, organizações municipais. Destaca-se que a Tabela 5, apresenta a necessidade de profissionais de diversas áreas de formação, incluindo o tecnólogo em gestão pública. A Prefeitura Municipal de Santana do Livramento criou em 2012 o cargo de tecnólogo em gestão pública pela Lei nº 6.189 de 21 de Maio de 2012.

**Tabela 5 - Vagas a serem supridas pelas organizações públicas de Santana do Livramento**

<b>Esferas</b>	<b>Servidores/Empregados públicos</b>
Municipais	600
Estatuais	137
Federais	69
<b>TOTAL</b>	<b>806</b>

Fonte: Elaborado com base nas informações fornecidas pelas organizações públicas

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A Educação Profissional e Tecnológica recebeu destaque na LDB nº 9.394/1996 em seu Capítulo III. No artigo 39 especifica que: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. Sendo assim, o curso de Tecnologia em Gestão Pública enquadra-se no § 2º (III) da referente legislação sendo considerado como um fator estratégico de competitividade e de desenvolvimento humano na nova ordem econômica e social (PARECER CNE/CP nº 29/2002). É uma modalidade educativa no nível tecnológico, o qual corresponde a um curso de nível superior destinado aos egressos do Ensino Médio e Técnico.

De acordo com o PARECER CNE/CP nº 29/2002, a moderna organização do setor produtivo está a demandar do trabalhador competências que lhe garantam maior mobilidade dentro de uma área profissional, não se restringindo a formação somente de um posto de trabalho.

Ela é concebida, agora, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, que tanto modificam suas vidas e seus ambientes de trabalho. Para tanto, impõe-se a superação do enfoque tradicional da educação profissional, encarada apenas como preparação para a execução de um determinado conjunto de tarefas, em um posto de trabalho determinado. A nova educação profissional, especialmente a de nível tecnológico, requer muito mais que a formação técnica específica para um determinado fazer. Ela requer, além do domínio operacional de uma determinada técnica de trabalho, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico e do conhecimento que dá forma ao saber técnico e ao ato de fazer, com a valorização da cultura do trabalho e com a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões profissionais e ao monitoramento dos seus próprios desempenhos profissionais, em busca do belo e da perfeição (PARECER CNE/CP nº 29/2002 , p.19).

A UNIPAMPA no esforço de ampliar as ações em face de seu compromisso com a

região onde está inserida resolveu criar novos cursos para serem ofertados em dois mil e nove. Nesse contexto, é que surgiu o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no Campus de Santana do Livramento. A escolha deu-se pela identificação da demanda por profissionais aptos a trabalhar na área da gestão pública na região de abrangência da Universidade. O Governo Federal tem tomado a iniciativa para melhorar a gestão pública do país. O curso vai ao encontro desta iniciativa e espera contribuir para a qualificação e profissionalização dos gestores públicos no pampa gaúcho. Outro fator determinante foi a não existência de curso nesta área na região, os cursos mais próximos estão localizados nos municípios de Pelotas (ao sul do Estado) e São Vicente do Sul (centro do Estado).

Neste sentido, pensando na expansão da educação e na qualidade da mesma este projeto fundamenta-se e busca inspiração no artigo 3º da LDB referente aos princípios norteadores da Educação Escolar:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O Projeto Institucional 2009 da UNIPAMPA em suas páginas 11 e 12 também demonstra o interesse pelos princípios de qualidade do ensino público, gestão democrática e valorização da docência, visando à formação do indivíduo, que culmine no egresso participativo, responsável, crítico e criativo.

No que tange o desenvolvimento sustentável da região é proporcionado pelo curso os seguintes Componentes Curriculares de Graduação: Planejamento do Desenvolvimento Regional Local, Desenvolvimento Regional Local e Responsabilidade Socioambiental. Neste sentido, tais Componentes Curriculares visam apresentar o contexto regional numa perspectiva atual possibilitando a reflexão e aprendizado de práticas de planejamento e desenvolvimento sustentável no sentido econômico, social e ambiental.

Dessa forma, o presente projeto afirma os princípios da educação, e, conforme o artigo 2º da LDB, almeja o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

#### 1.4 LEGISLAÇÃO

A legislação utilizada para o embasamento do projeto é a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Resolução CNE/CP nº 03/2002; Parecer CNE/CP nº 29/2002; Portaria nº 10/2006; Parecer CNE/CES nº 436/2001; Parecer CNE/CES nº 261/2006 e Parecer CNE/CES nº 277/2006.

Além da legislação específica para os cursos superiores de tecnologia, também, busca-se atender a legislação pertinente ao ensino, como as mencionadas a seguir, demonstrando em que componentes curriculares são abordadas.

A Lei nº 11.645/2008 que trata da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, e a Lei nº 10.639/2003, que versa sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, ambas alteram a Lei nº 9.394/1996, o Parecer CNE/CP nº 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira e Africana e a Resolução nº 1/2004, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, são temas desenvolvidos nos componentes curriculares: Políticas Públicas, Direito e Sociedade, Seminários de Pesquisas em Políticas Públicas.

Já a Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, o Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei no 9.795/1999 e a Resolução nº 2/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, são temas tratados nos componentes curriculares: Responsabilidade Socioambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local. O Parecer CNE/CP nº 8/2012 e a Resolução nº 1/ 2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, são trabalhados nos componentes curriculares: Direito Constitucional, Direito e Sociedade.

A Lei nº 11.788/2008, que estabelece as normas para realização de estágios de estudantes, é observada quando o aluno do curso realizar estágio em organizações públicas, instituições privadas ou de interesse social.

O projeto também utilizou os ordenamentos e normativas da UNIPAMPA, como o Projeto Institucional de 2009, a Resolução nº 29/2011, que dispõe sobre as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, a Resolução nº 20/2010, a qual trata da realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição, a Resolução nº 5/2010, que aprova o Regimento Geral da UNIPAMPA.

## 2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a Organização Didático Pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Para tanto, aborda aspectos relacionados à Concepção do Curso, Dados do Curso e Organização Curricular.

### 2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

#### 2.1.1 Perfil do Curso

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi elaborado de acordo com a legislação em vigor com a seguinte identificação:

- a) Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- b) Ato de Reconhecimento do Curso: Portaria nº 488, de 20 de dezembro de 2011.
- c) Número Vagas Oferecidas: 50 (cinquenta) por ano
- d) Turno: Noturno
- e) Carga Horária Total: 1770 horas
- f) Tempo mínimo para integralização: 06 semestres<sup>1</sup>
- g) Tempo máximo para integralização: 12 semestres
- h) Unidade Acadêmica: Campus Santana do Livramento

O Parecer CNE/CES nº 277/2006 demonstra que os cursos superiores de tecnologia organizam-se por eixos temáticos. Nesses eixos há um agrupamento em grandes linhas temáticas, dentro das quais se agrupam os cursos. O eixo do curso em questão é “Gestão e Negócios” e:

Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação. Esse eixo caracteriza-se pelas tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, estratégias de marketing, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética. São os Cursos: 1. Comércio exterior, 2. Gestão comercial, 3. Gestão da qualidade, 4. Gestão de cooperativas, 5. Gestão de recursos humanos, 6. Gestão financeira, 7. **Gestão pública**, 8. Logística, 9. Marketing, 10. Negócios imobiliários, 11. Processos gerenciais, 12. Secretariado (Parecer CNE/CES nº 277/2006, p. 6) grifo nosso.

Conforme o Parecer CNE/CES nº 436/2001 o curso de Gestão Pública pertence à área profissional “Gestão” que:

Compreende atividades de administração e de suporte logístico à produção e à prestação de serviços em qualquer setor econômico e em todas as organizações, públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação. As atividades de gestão caracterizam-se pelo planejamento, operação, controle e avaliação dos processos que se referem aos recursos humanos, aos recursos materiais, ao patrimônio, à produção,

---

<sup>1</sup> Salvo casos omissos e de aproveitamento que serão tratados na Comissão do Curso.

aos sistemas de informações, aos tributos, às finanças e à contabilidade (Parecer CNE/CES nº 436/2001).

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi criado em 2009, o qual foi avaliado pelo Ministério da Educação em 2011, obtenho conceito final 4. O Curso tem uma relação próxima com a comunidade por meio de projetos, principalmente, de extensão, com a participação da comunidade acadêmica inserida na realidade regional.

### **2.1.2 Objetivos**

Para alcançar o perfil estabelecido e estar em consonância com os postulados legais de um curso de tecnologia, definiram-se os seguintes objetivos:

- a) Desenvolver competências profissionais, fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, com vistas ao desempenho profissional.
- b) Formar profissionais aptos a atuar no planejamento, implementação e gerenciamento de programas, projetos e políticas públicas.
- c) Incentivar o desenvolvimento da capacidade de empreender e de inovar na gestão pública.
- d) Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de programas, projetos e políticas públicas.
- e) Propiciar a compreensão na gestão pública dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da incorporação de tecnologias.
- f) Compreender o processo de internacionalização das políticas públicas e seus reflexos na gestão pública.

### **2.1.3 Perfil do Egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

O perfil do egresso da UNIPAMPA tem uma formação acadêmica generalista e humanística, sendo que:

Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e de inseri-los em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (UNIPAMPA, 2009, p. 11).

Sendo o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública uma das oportunidades educacionais da instituição. Além das competências do perfil do egresso da UNIPAMPA, espera-se que o Tecnólogo em Gestão Pública reúna aptidão para atuar nas organizações públicas das esferas federal, estadual e municipal e em instituições privadas e de interesse social. Estas competências serão pautadas em sólidos conhecimentos sobre: aspectos legais específicos; excelência na gestão de pessoas e recursos; visão sistêmica; capacidade de comunicação; trabalho em equipe e liderança. Deverá ter capacidade de planejamento, implementação e gerenciamento de programas, projetos e políticas públicas. O Tecnólogo em Gestão Pública buscará ser um agente transformador com capacidade de adaptação às novas realidades e necessidades das organizações com responsabilidade social e ética profissional.

## 2.2 DADOS DO CURSO

### 2.2.1 Administração Acadêmica

- a) Coordenadora Acadêmica: Kamilla Raquel Rizzi
- b) Coordenador do Curso: Jeferson Luis Lopes Goularte
- c) Coordenador Substituto do Curso: Everton da Silveira Farias
- d) Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso: professor dos componentes curriculares Planejamento em Pesquisa e Pesquisa Aplicada
- e) Secretária do Curso: Cléia Marisa Silva Bottino
- f) Bibliotecário: William De Oliveira Dalosto
- g) Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE): é composto por Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogo.
- h) Núcleo Docente Estruturante (NDE): é composto por professores que atuam no Curso, conforme Parecer CONAES nº 04/2010 e Resolução CONAES nº 01/2010, e estão diretamente envolvidos com a elaboração da proposta do PPC, sua avaliação e implementação. A Portaria nº 0.343, de 27 de abril de 2012 nomeou a atual composição do Núcleo Docente Estruturante.
- i) Comissão de Curso: Docentes que atuam no Curso, um representante discente e um representante dos técnicos administrativos em educação.
- j) Comissões de Ensino, Pesquisa e Extensão: Estruturadas de acordo com o Regimento Geral da Universidade.
- k) Endereço: Rua Barão do Triunfo, 1048 - Santana do Livramento - RS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está estruturado a partir de uma Coordenação de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão de Curso e a assessoria do Núcleo de Desenvolvimento Educacional - NuDE, sendo esse o setor responsável pelo atendimento de docentes e discentes do Campus, dentro da área do desenvolvimento educacional, visando a qualificação do ambiente acadêmico com orientações de conhecimentos da Pedagogia, Assistência Social e áreas afins.

Os integrantes do NuDE trabalham a partir de demandas que são apresentadas bem como com proposição de projetos de intervenções na busca de alternativas que favoreçam o processo ensino-aprendizagem. Também implementam projetos institucionais de natureza pedagógica.

A Comissão de Curso é presidida pelo Coordenador de Curso eleito para um mandato de dois (02) anos e este será substituído, nas faltas ou impedimentos eventuais, pelo Coordenador substituto, e persistindo, pelo docente mais antigo no magistério da Universidade pertencente à Comissão do respectivo Curso.

De acordo com o art. 104 do Regimento Geral da UNIPAMPA, em caso de vacância causada pelo afastamento definitivo do Coordenador, ou do substituto, haverá eleição para o provimento da função, no período restante, se este for maior do que 1 (um) ano. Em período inferior, cabe a respectiva Comissão indicar ao Conselho do Campus um interino para o período.

O Coordenador de Curso ou os representantes que compõem a Comissão de Curso terão o término do seu mandato antecipado nas hipóteses de extinção do Curso, de perda da condição de docente, bem como nos casos disciplinares previstos no Estatuto, no Regimento Geral da Universidade e no Regimento Geral do Campus.

A Comissão de Curso é composta por todos os docentes que estão em atividade no

Curso, nos últimos 12 meses (§4º do art. 98 do Regimento Geral da UNIPAMPA), um representante dos discentes, com mandato de 1 (um) ano, e um representante dos técnicos administrativos em educação, com mandato de 2 (dois) anos. A composição da Coordenação do Curso é a apresentada no Quadro 1:

**Quadro 1 – Coordenação do Curso**

Nome	Formação	Titulação	Tempo de Exercício na IES	Tempo na Função de Coordenador de Curso
Jeferson Luís Lopes Goularte (Coordenador do Curso)	Graduado em Ciências Contábeis, URCAMP (1997); Mestrado em <i>Integración y Cooperación Internacional</i> , UNR - ARG (2002). Doutorando em <i>Ciências de la Educación</i> , UNR - ARG..	Mestre	4 anos	6 meses
Everton da Silveira Farias (Coordenador Substituto do Curso)	Graduado em Administração, UFRGS (2005); Mestrado em Administração, UFRGS, (2011). Doutorando em Administração, UFRGS.	Mestre	1 ano e 6 meses	6 meses

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem atuado desde a formatação da primeira proposta pedagógica no curso em 2009. O Núcleo possui função relacionada à avaliação e aprimoramento da estrutura curricular e de outros elementos estruturais da proposta curricular, incluindo sistemáticas de avaliação desta. O NDE se reúne a partir das demandas e no mínimo duas vezes no semestre para debater o desenvolvimento do curso, fazer autoavaliações a partir das percepções docentes e discentes, pensar as áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas ao campo da gestão pública, bem como resolver questões pertinentes ao andamento acadêmico do curso.

A Portaria da Reitoria nº 1.115, de 07 de junho de 2011 formalizou a composição do NDE do curso, composta inicialmente por doze docentes. No ano de 2012, o NDE foi reestruturado pela Portaria de nº 0.342, de 27 de abril de 2012, permaneceram no NDE mais de 70% dos docentes da composição anterior, esta nova formação trabalhou ao longo do ano de 2012 no Processo de Revisão do PPC com a realização de 07 (sete) reuniões ao longo do ano. Nas reuniões foram redefinidos os objetivos do curso, perfil do egresso, matriz curricular e foram avaliados as práticas, o trabalho de conclusão do curso, e os sistemas de avaliação, elaborando a segunda versão do PPC do curso. A composição do Núcleo Docente Estruturante é a apresentada no Quadro 2:

**Quadro 2 – Núcleo Docente Estruturante**

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
Avelar Batista Fortunato	Doutor	DE
Camila Furlan da Costa	Mestre	DE
Cristian Ricardo Wittmann	Mestre	DE
Everton da Silveira Farias	Mestre	DE
Fábio Régio Bento	Doutor	DE
Gleicy Denise Vasques Moreira Santos	Mestre	DE
Hector Cury Soares	Mestre	DE
Jeferson Luís Lopes Goularte	Mestre	DE
Kathiane Benedetti Corso	Doutora	DE

Luiz Edgar Araujo Lima	Mestre	DE
Victor Hugo Veppo Burgardt	Doutor	DE

### 2.2.2 Funcionamento

- a) Titulação Conferida: Tecnólogo em Gestão Pública
- b) Modalidade: Tecnólogo
- c) Regime Acadêmico: Semestral
- d) Regime de matrícula: 120 horas (mínimo) e 480 horas (máximo) por semestre letivo
- e) Modo de Ingresso: pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (art. 6º da Resolução nº 29/2011 do CONSUNI).
- f) Período do Ingresso: 1º (primeiro) semestre
- g) Carga Horária Total: 1770 horas
  - i) Componentes Curriculares obrigatórios: 1380 horas
  - ii) Trabalho de Conclusão de Curso (obrigatório): 120 horas
  - iii) Componentes Curriculares Complementares de Graduação: 240 horas
  - iv) Atividades Complementares de Graduação: 30 horas
  - v) Atividades Semi-presenciais (EAD): serão definidas nos planos de ensino, sendo a carga horária a distância de cada semestre letivo não superior a 20% da carga horária total deste semestre, de acordo com a Portaria nº 4.059/2004 do Ministério da Educação.

### 2.2.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, todas previstas na Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011:

**Processo Seletivo UNIPAMPA** (por meio do SISU-ENEM a partir de 2010), conforme a Resolução nº 29/2011, da Universidade, ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

**Reopção:** O art. 7º da citada Resolução nº 29/2011 prevê que a Reopção é a forma de mobilidade acadêmica regulamentada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou turno de oferecimento de curso de graduação dessa Universidade. Assim, a mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes e o prazo máximo para integralização curricular é computado a partir do semestre do ingresso por Reopção.

**Ingresso via processo seletivo complementar:** É previsto pelo art. 8º da referida Resolução nº 29/2011, que, em virtude da disponibilidade de vagas, o Processo Seletivo Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o

fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior. Esse Processo Seletivo Complementar é destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA e aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono ou cancelamento de curso e que desejam reingressar. As vagas são oferecidas nas categorias de Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma e o número de vagas destinadas ao ingresso é determinado a partir das vagas não preenchidas em processo seletivo regular somadas as de evasão por cancelamento, desligamento, reopção, transferência, óbito ou abandono de curso. O número de vagas é disponibilizado, mediante edital semestral, no momento da abertura do processo e cabe à Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica determinar o número de vagas disponíveis para cada curso, por meio de consulta à Coordenação Acadêmica do Campus. Para o ingresso no Processo Seletivo Complementar é considerada a seguinte prioridade: I. Reingresso; II. Transferência Voluntária; III. Portador de Diploma.

**Transferência compulsória** (Transferência ex-officio): é a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei. É permitida a transferência de discentes regulares entre instituições de ensino superior, vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, de acordo com os seguintes requisitos, previstos em lei: a) requerimento do interessado; b) comprovação da transferência, deslocamento, redistribuição ou remoção ex-officio do servidor público civil ou militar; c) comprovação de dependência de servidor público civil ou militar movimentado ex-officio; d) comprovação de ter ingressado em Instituição de Ensino Superior via processo seletivo; e) comprovação de estar vinculado à outra Instituição de Ensino Superior; f) histórico escolar original; g) comprovante de residência (anterior e atual); h) programa dos componentes curriculares cursados (conteúdo programático). A Resolução nº 29/2011 em seu art. 13 prevê que a solicitação de Transferência Compulsória é recebida pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica e analisada pela Consultoria Jurídica e, se caracterizada, o Coordenador do Curso respectivo procede à análise curricular para o aproveitamento de componentes curriculares.

**Regime Especial:** Consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da Instituição e a solicitação de matrícula é semestral, conforme período estipulado no Calendário Acadêmico. Em caso de deferimento, os registros acadêmicos do estudante não podem ultrapassar 4 (quatro) semestres letivos, e o discente pode cursar no máximo 8 (oito) componentes curriculares, respeitado o limite de 2 (dois) por semestre letivo. Ao final de cada semestre letivo pode ser emitido para cada componente curricular cursado atestado de aproveitamento fornecido pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica.

**Programa Estudante-Convênio:** A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). O candidato é selecionado no seu país de origem e encaminhado pela SESu/MEC para realizar seus estudos universitários. Essa matrícula deve obedecer aos prazos fixados no Calendário

Acadêmico, ficando o discente dispensado do processo seletivo.

**Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional** (Programa de intercâmbio): O Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições. Somente é permitida a participação do estudante no Programa, quando atendidos os seguintes requisitos: I. existência de convênio entre as Instituições de Ensino Superior; II. ter integralizado todos os componentes curriculares dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres do 1º (primeiro) ano do curso; III. possuir, no máximo, 1 (uma) reprovação por semestre; IV. ter um plano de atividades aprovado pela Comissão de Curso de origem; V. ter autorização das Instituições de Ensino Superior envolvidas. O discente participante desse Convênio tem vínculo temporário com a UNIPAMPA. O art. 28 da Resolução nº 29/2011 prevê que o Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária, de acordo com as regras do Convênio e da Instituição receptora.

**Mobilidade acadêmica intrainstitucional:** permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros Campus. O plano de atividades que prevê os componentes curriculares de interesse do discente deve ser aprovado semestralmente pelo Coordenador de Curso de origem e de destino. A Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional fica condicionada à existência de vagas no curso de graduação de destino.

**Matrícula institucional de cortesia:** consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de junho de 1984 e Portaria nº 121, de 02 de outubro de 1984. As Instituições de Ensino Superior, mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores encaminhada pelo Ministério da Educação e Cultura, ficam autorizadas a conceder matrícula de cortesia, em cursos de graduação, independentemente da existência de vaga. O Discente Cortesia é dispensado do Processo Seletivo. Pode solicitar Matrícula Institucional de Cortesia: I. funcionário estrangeiro de missão diplomática ou repartição consular de carreira no Brasil e seus dependentes legais; II. funcionário ou técnico estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a sua organização, assim como seus dependentes legais; III. técnico estrangeiro que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação técnica ou cultural firmado entre o Brasil e seu país de origem, assim como seus dependentes legais. A Matrícula Institucional de Cortesia somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade. Ao técnico estrangeiro e seus dependentes legais somente pode ser concedida Matrícula Institucional de Cortesia se, no seu contrato de prestação de serviços, constar o tempo de permanência mínima de 12 (doze) meses em território nacional. O art. 35 da Resolução nº 29/2011 ressalta que a UNIPAMPA somente efetiva a Matrícula de Cortesia após o recebimento de expediente com a autorização formal da SESu/MEC, em atendimento a pedido formulado pelo Ministério das Relações Exteriores. O beneficiário da Matrícula de Cortesia fica subordinado às normas que regem o ensino de graduação da UNIPAMPA (art. 36). No caso de transferência do responsável para novas funções em outro país, o aluno pode manter sua Matrícula Institucional de Cortesia até o término do curso em que tenha ingressado, mediante a substituição do visto diplomático ou oficial pelo temporário correspondente.

**Políticas de ações afirmativas:** fronteiriços, indígenas, afrodescendentes e alunos oriundos de escola pública.

Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012,

a UNIPAMPA oferta 50% de suas vagas para ações afirmativas. Desse total, 44% (quarenta e quatro por cento) das vagas são destinadas aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Essas vagas serão preenchidas segundo a ordem de classificação, de acordo com as notas obtidas pelos estudantes, dentro de cada um dos seguintes grupos de inscritos:

I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

II - estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

III - demais estudantes.

Além disso, 6% (seis por cento) das vagas são destinadas aos estudantes com necessidades especiais de educação.

## 2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 2.3.1 Integralização Curricular

A integralização curricular do Curso está distribuída em componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares complementares de graduação, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares de Graduação (art. 50 da Resolução nº 29/2011 do CONSUNI) de acordo com o Quadro 3.

**Quadro 3 – Integralização Curricular**

<b>Estrutura</b>	<b>Horas</b>	<b>% Total</b>
Componentes Curriculares Obrigatórios	1380	78%
Componentes Curriculares Complementares	240	13%
Trabalho de Conclusão de Curso	120	7%
Atividades Complementares de Graduação	30	2%
<b>TOTAL</b>	<b>1770</b>	<b>100%</b>

O Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes (ENADE) é considerado componente curricular obrigatório para integralização curricular, conforme a Lei nº 10.861/2004.

#### 2.3.1.1 Atividades Complementares de Graduação (ACG)

As Atividades Complementares de Graduação (ACG) são definidas na Resolução nº 29/2011 do CONSUNI. Elas são classificadas em quatro grupos: Ensino; Pesquisa; Extensão; e Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão.

A regulamentação das ACG com a definição dos critérios para aproveitamento e equivalências de carga horária é de responsabilidade da Comissão de Curso, conforme prevê as normas da Universidade, a qual emitirá norma regulamentando para os quatro grupos.

Para obter o registro das atividades complementares de graduação no histórico o

discente deve encaminhar o comprovante da atividade à Comissão de Curso. Esta tem a função de deliberar quanto à adequação do documento e a abrangência das atividades quanto ao tipo (ensino; pesquisa; extensão; e culturais, artísticas, sociais e de gestão), deferindo ou não. O parecer da Comissão de Curso é encaminhado à Secretaria Acadêmica para registro no histórico do discente, e posteriormente arquivado, devendo ser dado ciência ao discente.

### ***2.3.1.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)***

A Comissão do Curso definiu o regulamento para a elaboração do TCC de acordo com a Resolução nº 29/2011 do CONSUNI, o qual consta em apêndice ao PPC. O Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido nos Componentes Curriculares Obrigatórios: Planejamento em Pesquisa (60h) e Pesquisa Aplicada (60h), totalizando 120h de TCC. Estes componentes estarão sobre a responsabilidade de um docente com objetivos de orientação metodológica. Quanto à orientação dos acadêmicos, esta será realizada pelos docentes em atividade no Campus dentro de sua especialidade.

O TCC é fundamental para a formação dos acadêmicos e permite se aproximarem do mundo do trabalho, por meio da pesquisa aplicada, até mesmo, por ser um Curso de formação tecnológica.

### ***2.3.1.3 Estágios***

O estágio no Curso é de caráter não obrigatório. Os discentes que realizarem estágio deverão seguir a normatização do estágio previsto na Lei nº 11.788/2008 e na Resolução nº 20/2010 do CONSUNI. A Coordenação de Estágios ficará sob a responsabilidade da Coordenação Acadêmica do Campus que indicará um docente orientador.

### ***2.3.1.4 Plano de Integralização do Curso***

A integralização curricular é feita pelo sistema de hora-aula, observados os limites mínimos e máximos de componentes curriculares por semestre (120h e 480h, respectivamente). Cada crédito significa 15 horas-aula. Considera-se cumprido o currículo mínimo quando o aluno tiver obtido o total de horas-aula correspondentes ao somatório dos créditos dos componentes curriculares obrigatórios, defendido o TCC, as CCCGs e as ACGs.

## **2.3.2 Metodologias de Ensino e Avaliação**

A ação pedagógica do docente será mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos estudantes. Assim, o discente é percebido como coadjuvante do processo educativo. Para o docente, requer-se então, uma prática pedagógica inovadora, centrada na realidade do educando, do contexto social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida.

Para tanto, faz-se necessário, uma pedagogia que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão, como base da formação acadêmica, desafiando os

sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la.

Serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem, como: aulas expositivo-dialogadas, seminários, debates, resolução de exercícios, estudos dirigidos, simulações computacionais, investigação científica, resolução de problemas, estudos de caso, projetos de ensino, visitas técnicas, aulas semipresenciais com suporte das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e Educação a Distância (EaD); uso da plataforma Moodle UNIPAMPA.

Os docentes que ministram os componentes curriculares no Curso são estimulados a desenvolver projetos de ensino interdisciplinares envolvendo no mínimo dois componentes curriculares por semestre. Os projetos buscam aliar a teoria trabalhada na sala de aula com as práticas vivenciadas nas organizações públicas.

Quanto à verificação da aprendizagem, conforme a metodologia proposta, acredita-se na avaliação como processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Sendo assim, a aprovação nas atividades do Curso dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do seu período de realização, na forma prevista nos planos de ensino dos docentes. Conforme a Resolução nº 29/2011 do CONSUNI em seu art.59, parágrafo 6º, estará aprovado o discente que alcançar a nota final mínima de 6 (seis) nas atividades de ensino, incluídas as atividades de recuperação, além de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular.

Como citado no parágrafo anterior, na UNIPAMPA, conforme redação do art. 61, da Resolução nº 29/2011 do CONSUNI, a todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de ensino, em uma visão de avaliação contínua e diagnóstica. Essas atividades devem ser oferecidas ao longo do semestre, conforme plano de ensino do respectivo componente curricular.

### 2.3.3 Matriz Curricular

O Quadro 4, apresenta a matriz curricular por semestre. Destaca-se também os pré-requisitos a serem observados para a integralização curricular.

**Quadro 4 – Matriz Curricular do Curso**

<b>Código CC</b>	<b>Semestre</b>	<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Pré-requisito</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>
	1º	Administração Geral		60	04
		Economia		60	04
		Metodologia Científica		60	04
		Sociologia		60	04
		Teoria do Estado e Ciência Política		60	04
		<b>TOTAL</b>		<b>300</b>	<b>20</b>
	2º	Administração Pública		60	04
		Direito Constitucional		60	04
		Contabilidade Geral		60	04
		Gestão com Pessoas no Setor Público		60	04
		Gestão de Processos		60	04
		<b>TOTAL</b>		<b>300</b>	<b>20</b>
	3º	Comportamento Organizacional		60	04

		Direito Administrativo	Direito Constitucional	60	04
		Estatística		60	04
		Planejamento e Orçamento Governamental		60	04
		Sistemas de Informação no Setor Público		60	04
		<b>TOTAL</b>		<b>300</b>	<b>20</b>
	4°	Gestão de Projetos no Setor Público		60	04
		Gestão de Materiais e Patrimônio		30	02
		Licitações e Contratos Administrativos	Direito Administrativo	30	02
		Contabilidade Governamental	Contabilidade Geral, Planejamento e Orçamento Governamental.	60	04
		Direito Tributário		60	04
		Políticas Públicas		60	04
		<b>TOTAL</b>		<b>300</b>	<b>20</b>
	5°	Gestão Estratégica no Setor Público		60	04
		Responsabilidade Socioambiental		30	02
		Planejamento em Pesquisa (TCC)	Metodologia Científica, e 60 créditos de componentes curriculares obrigatórias.	60	04
		CCCCG		120	08
		<b>TOTAL</b>		<b>270</b>	<b>18</b>
	6°	Auditoria Governamental		60	04
		Pesquisa Aplicada (TCC)	Planejamento em Pesquisa	60	04
		Ética na Gestão Pública		30	02
		CCCCG		120	08
		<b>TOTAL</b>		<b>270</b>	<b>18</b>
		<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1740</b>	<b>116</b>
		<b>ACG</b>		<b>30</b>	<b>02</b>
		<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>1770</b>	<b>118</b>

O Quadro 5 apresenta o rol de componentes curriculares complementares de graduação que espera-se ofertar no transcorrer do curso. Ressalva-se que estes não serão permanentes, tão pouco imutáveis, ou seja, durante o desenvolvimento do curso alguns poderão deixar de existir ou sofrer melhorias, ou ainda novos poderão vir a ser ofertados.

Os discentes poderão cursar, além dos componentes complementares de graduação do curso, outros componentes curriculares, ofertados por outros cursos, que tenham afinidade com a gestão pública, e podem ser validados pelos componentes curriculares Tópicos em Administração, Tópicos em Direito, Tópicos em Economia e Tópicos em Relações Internacionais. O somatório dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação cursados em outros cursos não poderão ultrapassar 120 horas (8 créditos).

**Quadro 5 – Componentes Curriculares Complementares de Graduação**

<b>Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG)</b>	<b>Pré-requisito</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>
Análise das Demonstrações do Setor Público	Contabilidade Governamental	30	02
Controle da Administração Pública	Direito Administrativo, e Direito Constitucional.	30	02
Desenvolvimento Regional e Local		60	04
Direito e Sociedade	Sociologia	60	04
Economia no Setor Público		60	04
Gestão de Convênios		30	02
Gestão de Custos no Setor Público		30	02
Gestão de Fundos Especiais	Planejamento e Orçamento Governamental	30	02
Gestão do Terceiro Setor		30	02
Gestão Pública e Relações Internacionais		30	02
Inovação e Empreendedorismo no Setor Público		60	04
LIBRAS		60	04
Matemática Financeira		60	04
Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local		30	02
Processo Administrativo Disciplinar	Direito Administrativo	30	02
Qualidade no Serviço Público	Administração Pública	30	02
Redação Oficial		30	02
Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas	Políticas Públicas	30	02
Tópicos Emergentes em Gestão Pública		60	04
Transparência e Cidadania		30	02
Tópicos em Administração I		60	04
Tópicos em Administração II		30	02
Tópicos em Direito I		60	04
Tópicos em Direito II		30	02
Tópicos em Economia I		60	04
Tópicos em Economia II		30	02
Tópicos em Relações Internacionais I		60	04
Tópicos em Relações Internacionais II		30	02

A matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso busca contemplar os temas de Educação Ambiental, Relações Étnico-raciais e Direitos Humanos, com a oferta de componentes curriculares obrigatórios e complementares de graduação que se relacionem com os referidos temas, como: Políticas Públicas, Direito e Sociedade, Seminários de Pesquisas em Políticas Públicas, Responsabilidade Socioambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local, Direito Constitucional, Direito e Sociedade. Além desses componentes curriculares também podem ser trabalhados em projetos de ensino, pesquisa e extensão, inclusive buscando projetos que possam ser desenvolvidos

interdisciplinarmente.

## 2.3.4 Ementário

### 2.3.4.1. *Ementas dos Componentes Curriculares Obrigatórios.*

#### 1º SEMESTRE

##### ***Administração Geral (Carga horária: 60h)***

Ementa: Introdução a Administração: conceitos iniciais. A Administração e a Gestão Pública. Antecedentes históricos. Níveis gerenciais. Habilidades gerenciais. Papéis do administrador. O processo administrativo. A Evolução do Pensamento Administrativo. Teoria da Administração Científica. Teoria Clássica da Administração. Teoria das Relações Humanas. Teoria da Burocracia. Teoria Comportamental. Teoria de Sistemas. Teoria Contingencial. Novas abordagens em Administração.

##### Referências Básicas:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3 ed. São Paulo: Campus, 2004.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Fundamentos de administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2008.

##### Referências Complementares:

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LACOMBE, Francisco Jose Masset. **Administração: princípios e tendências**. . 1.ed.São Paulo: Saraiva, 2008.

MOTTA, Fernando C. Prestes, I. G. **Cultura Organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Thomson Learning, 2009.

RIBEIRO, Antonio de Lima, **Teorias da administração**. São Paulo: Saraiva, 2010.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

##### ***Economia (Carga horária: 60h)***

Ementa: Economia e o pensamento econômico. Introdução ao estudo do mercado. Falha do sistema de mercado. Bens públicos e bens sociais. Funções do setor público. Fundamentos da teoria macroeconômica. Política fiscal. Inflação. Emprego e renda. Crescimento e desenvolvimento econômico. Economia internacional.

##### Referências Básicas:

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. (Org.). **Economia para administradores**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 5. ed. São Paulo: Thompson, 2006.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Referências Complementares:

- CARNEIRO, Ricardo. (Org.) **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, 2004.  
MANKIW, Gregory. **Introdução à Economia**, Cengage Learning: São Paulo, 2010.  
PEREIRA, Luis Carlos Bresser (Org.). **Economia brasileira na encruzilhada**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.  
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. (Org.) **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.  
ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 17. Ed. São Paulo, Atlas, 2005.

**Metodologia Científica (Carga horária: 60h)**

Ementa: Construção do conhecimento. O conhecimento científico. O processo de pesquisa, planejamento da pesquisa. Execução e aplicação da pesquisa. Apresentação dos resultados de pesquisa.

Referências Básicas:

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora 2009.  
HAIR JR., Joseph F. et **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.  
CERVO, Amado.; BERVIAN, Pedro.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

Referências Complementares:

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.  
LAKATOS, Eva. Maria.; MARCONI, Marina. de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.  
MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2006.  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Referências bibliográficas: BR 6023**, Rio de Janeiro: 2000.  
YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2010.

**Sociologia (Carga horária: 60h)**

Ementa: Contexto histórico de surgimento da Sociologia. A centralidade dos fatos na Sociologia. Principais teorias hermenêuticas clássicas da Sociologia. Sociologia referente à temática do campus e curso específicos.

Referências Básicas:

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.  
MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2009.  
WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Referências Complementares:

- BENTO, Fábio Régio. **Maquiavel pré-sociólogo e outros ensaios**. Jundiaí: Ed. Paco, 2010.

CHARON, Joel. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2004.  
DEMO, Pedro. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 2009.  
GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. São Paulo: Artmed, 2010.

### ***Teoria do Estado e Ciência Política (Carga horária: 60h)***

Ementa: As bases da ciência política. Definição de política clássica e moderna. As teorias explicativas da existência do Estado. O Estado Moderno. Transformação organizacional do Estado. O Estado Contemporâneo. Ênfase na compreensão ampla dos fenômenos que o caracterizam. Elementos constitutivos do Estado. Formas de Estado. Formas de Governo. Sistemas de Governo. Sociedade e Participação.

#### Referências Básicas:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2009.  
DALLARI, Dalmo de Abreu. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011.  
BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

#### Referências Complementares:

BITTAR, Eduardo. **Curso de Filosofia Política**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.  
CHÂTELET, François. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2009.  
DUSO, Giuseppe. **O poder**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.  
WEFFORT, Francisco (Org). **Os clássicos da política (vol 1)**. 14 ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.  
WEFFORT, Francisco (Org). **Os clássicos da política (vol 2)**. 11 ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

## **2º SEMESTRE**

### ***Administração Pública (Carga horária: 60h)***

Ementa: Governo e Administração Pública. Modelos de Administração Pública. Reforma do Estado e da Administração Pública. Administração Pública Gerencial. Transposição de Tecnologias Gerenciais para a Administração Pública. Governança e Governabilidade. Organização e Controle da Administração Pública. Formas de Flexibilização. Desafios e perspectivas da Administração Pública contemporânea.

#### Referências Básicas:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de Gestão em Organizações Públicas:** teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educs, 2011.  
COSTIN, Cláudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.  
MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública - foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

#### Referências Complementares:

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.  
DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010.  
PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.  
ANDREWS, Cristina W. (org); BARIANI, Edison (org.). **Administração Pública no Brasil**. São Paulo: UNIFESP. 2010.

***Direito Constitucional (Carga horária: 60h)***

Ementa: Direito Constitucional e Constituição. Princípios e Garantias Constitucionais. Organização Política Administrativa. Poder Legislativo. Processo legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça. Ordem Social.

Referências Básicas:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.  
MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2010.  
LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Referências Complementares:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.  
BULOS, Uadi Lamego. **Direito Constitucional ao Alcance de Todos**. São Paulo: Saraiva, 2009.  
BRASIL. **Constituição da República Federativa do**. 42 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.  
CARVALHO, Kildare de. **Técnica Legislativa**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.  
DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2010.

***Contabilidade Geral (Carga horária: 60h)***

Ementa: Princípios de Contabilidade e a aplicação nas organizações. Normas brasileiras de contabilidade. Patrimônio. Atos e fatos administrativos. Contas. Escrituração contábil. Plano de contas. Balancete de verificação. Apuração do resultado do exercício. Demonstrações Contábeis.

Referências Básicas:

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.  
NEVES, Silvério das; VICECONTE, Paulo Eduardo. **Contabilidade Básica**. 14. ed. São Paulo: Frase, 2009.  
RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Complementares:

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.  
IUDÍCIBUS Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável as demais sociedades. FINECAFI/USP. São Paulo: Atlas, 2010.  
IUDÍCIBUS, Sérgio *et al.* **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade Geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

### ***Gestão com Pessoas no Serviço Público (Carga horária: 60h)***

Ementa: Fundamentos de Gestão com Pessoa no Setor Público. Planejamento de Recursos Humanos no Setor Público (planejamento estratégico, tático e operacional). Organização de Recursos Humanos no Setor Público (Processo, desenho de cargos e carreiras, gestão de remuneração). Direção de Recursos Humanos no Setor Público. Controle de Recursos Humanos (controle interno na Gestão de Pessoas. (Recrutamento e Seleção, Política de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas). Tópicos Emergentes em Gestão com Pessoas no Setor Público.

#### Referências Básicas:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**. 3.ed.rev.e atual.- Caxias do Sul, RS:Educs, 2010.

MARRAS, Jean Pierre (org). **Gestão estratégica de pessoas: conceitos tendências**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVESTRE, Hugo Consciência. **Gestão Pública: Modelos de Prestação no Serviço Público**.-Lisboa: Escolar Editora, 2010.

#### Referências Complementares:

ARAÚJO, Luis César Garcia de; GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de pessoas: Estratégias e integração organizacional**.2.ed.- São Paulo: Atlas, 2009.

BITENCOURT, Claudia. **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas/conceitos tradicionais**.2.ed..- Porto Alegre: Bookman, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**.-3.ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROBBINS, Sthepen P.,1943- **A verdade sobre gerenciar pessoas: e nada mais que a verdade**.- São Paulo: Pearson Financial Times- Prentice Hall, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**.-6.ed.-São Paulo: Atlas, 2009.

### ***Gestão de Processos (Carga horária: 60h)***

Ementa: Estrutura da organização. Conceitos básicos da gestão de processos. Processos organizacionais. Etapas da gestão de processos. Instrumentos de análise e gestão de processos. Tecnologias de gestão orientadas para processos. Gráficos de processamento e organização. Formulários. Arranjo físico. Análise e distribuição do trabalho. Manuais de organização.

#### Referências Básicas:

ARAÚJO, Luis César G. **Organização, Sistemas e Métodos e as Modernas Ferramentas de Gestão Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2001.

BARBARÁ, Saulo (organizador). **Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

OLIVEIRA, Djalma P. R. **Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares:

- ALMEIDA, Léo G. **Gestão de processos e a gestão estratégica**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- CURY, Antônio. **Organização e métodos**. São Paulo: Atlas, 2007.
- HARRINGTON, H. James. **Aperfeiçoando Processos Empresariais**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- LAURINDO, Fernando. & ROTONDARO, R. **Gestão integrada de processos e da tecnologia da informação**. S. Paulo, Atlas, 2006.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Thomson learning, 2002.

### 3º SEMESTRE

#### **Comportamento Organizacional (Carga horária: 60h)**

Ementa: Conceitos do Comportamento Organizacional. Diversidade nas Organizações. Liderança (Poder e Política). Teorias Motivacionais. Comunicação e relacionamento interpessoal (trabalho em equipe). Gestão de Conflitos e negociação. Cultura e Mudança Organizacional. Tópicos Emergentes em Gestão com Pessoas aplicadas a Gestão Pública.

Referências Básicas:

- NEWSTROM, John. W. **Comportamento Organizacional: O Comportamento Humano no Trabalho**. [Tradução da 12ª Edição]. São Paulo. McGraw-Hill, 2008.
- ROBBINS, James S. **Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro**. 14ª Edição. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010.
- VECCHIO, Robert P.[tradução Roberto Galman]. **Comportamento Organizacional: Conceitos Básicos**. – São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Referências Complementares:

- BERGAMINI, C. W. **Psicopatologia do Comportamento Organizacional: Organizações Desorganizadas, mas Produtivas**.- São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- CALDAS, Miguel. P.; WOOD, Thomaz. **Comportamento Organizacional: Uma Perspectiva Brasileira**.-2. ed. –São Paulo: Atlas, 2007.
- COLLELA, Adrienne HITT, Michael A; MILLER, C.C. **Comportamento organizacional: Uma Abordagem Estratégica**. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- OLIVEIRA, Marco A. **Comportamento Organizacional para a Gestão de Pessoas: Como agem as empresas e seus gestores**. - São Paulo: Saraiva, 2010.
- SOTO, Eduardo **Comportamento Organizacional: O Impacto das Emoções**. – Tradução técnica de Jean Pierre Marras. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

#### **Direito Administrativo (Carga horária: 60h)**

Ementa: Fundamentos e objeto do Direito Administrativo. Princípios do Direito Administrativo. Deveres e Poderes Administrativos. Órgãos e Agentes Públicos. Atos Administrativos. Serviços Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Bens Públicos. Processo Administrativo. Improbidade Administrativa.

Referências Básicas:

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo**

**Descomplicado**. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.  
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010.  
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Referências Complementares:

BRASIL, Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.  
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 23 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.  
MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública**. 11 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.  
MAFFINI, Rafael Da Cás. **Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.  
MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

***Estatística (Carga horária: 60h)***

Ementa: Conceitos de estatística. Fases do levantamento estatístico. População e amostra. Distribuição de frequências. Representação gráfica e tabelas. Medidas de tendência central e de dispersão. Noções de probabilidade. Amostragem e inferência estatística.

Referências Básicas:

ANDERSON, David R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.  
BARROW, Michael **Estatística para economia, contabilidade e administração**. São Paulo: Ática, 2007.  
BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Referências Complementares:

DOWNING, Douglas CLARK, Jeffrey. **Estatística aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2008.  
BRUNI, Adriano Leal. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.  
HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.  
LEVINE, D. M. ; STEPHAN D. F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2008  
STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

***Planejamento e Orçamento Governamental (Carga horária: 60h)***

Ementa: Instrumentos do Planejamento: Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária. Créditos adicionais. Aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites constitucionais e legais.

Referências Básicas:

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). **Planejamento Governamental para Municípios**: Plano Purianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. **Contabilidade Pública**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares:

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo. Saraiva, 2010.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor, *et. al.* **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

***Sistemas de Informação no Setor Público (Carga horária: 60h)***

Ementa: Conhecimentos básicos de Sistemas de Informação. Sistema de Informação X Tecnologia de Informação. Tipos de Sistemas de Informação. Sistemas de Informação na Gestão Pública. Aspectos Sociais e os Sistemas de Informação. Web e Participação. E-democracia. E-participação. Ciberativismo. Temas emergentes em Tecnologia de Informação e Comunicação.

Referências Básicas:

GUZZI, Drica. **Web e Participação: a democracia no século XXI**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2010.

LAUDON, Ken C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação**. 3 ed. Editora LTC. 2003.

TURBAN, Efraim; McLEAN, Ephraim; WETHERBE, James. **Tecnologia da Informação para Gestão: Transformando os Negócios na Economia Digital**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Referências Complementares:

AUDY, Jorge L., *et. al.* **Fundamentos de sistemas de informação**. Porto Alegre, Bookman, 2005.

BATISTA, Emerson O. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley; MARQUES, Francisco P. J. A. (Orgs). **Internet e Participação Política No Brasil**. Ed. Sulina, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas operacionais**. São Paulo: Atlas, 2008.

STAIR, Ralph. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

#### 4º SEMESTRE

##### ***Gestão de Projetos no Setor Público (Carga horária: 60h)***

Ementa: O Ambiente do Projeto e sua Gestão. O papel e habilidades do gerente de projetos. Planejamento e programação de projetos. Avaliação de projetos. As áreas de Gestão de projetos. O fator humano em projetos. Gestão de prazo: cronograma e rede de atividades. Orçamentos de projetos. Elaboração de projetos sociais. Captação de recursos: identificação de fontes nacionais e internacionais, ajuste da redação do projeto, articulação e negociação, monitoramento.

##### Referências Básicas:

GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MENEZES, Luis Cesar de Moura. **Gestão de Projetos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DINSMORE, Paul C.; CAVALIERI, A. **Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

##### Referências Complementares:

KERZNER, Harold. **Gestão de projetos: as melhores práticas**. 2.ed.Porto Alegre: Bookman, 2006.

OLIVEIRA, Fatima Bayma. **De Política de gestão pública integrada**. São Paulo: FVG, 2011.

PASSOS, Maria. L. G. **Gerenciamento de projetos para pequenas empresas**. São Paulo: Brasport, 2008.

PRADO, Fernando Leme. **Metodologia de Projetos**. São Paulo: Saraiva, 2011

SILVA, Christian Luiz da Silva; SOUZA-LIMA, José Edmilson(orgs.). **Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva. 2010.

##### ***Gestão de Materiais e Patrimônio (Carga horária: 30h)***

Ementa: Gestão de Patrimônio na Administração Pública (conceito, bens públicos, gestão patrimonial e responsabilidade fiscal). Administração de compras (operação patrimonial e legislação 8666/93). Gestão de Almoxarifado na Administração Pública (inventário e sistemas de informação).

##### Referências Básicas:

DIAS, Marco A. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Paulo S. **Administração de materiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

##### Referências Complementares:

JUSTEN FILHO, Marçal **Curso de Direito Administrativo**. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MARTINS, Petronio Garcia. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 22. ed. São

Paulo: Malheiros, 2006.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas: controladoria governamental**. Curitiba: Juruá, 2006.

QUADROS, Cerdônio (Org.). **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: licitações e contratos administrativos**. 26 ed. São Paulo: NDJ, 2007.

### ***Licitações e Contratos Administrativos (Carga horária: 30h)***

Ementa: Licitações. Princípios das Licitações. Tipos e Modalidades de Licitação. Dispensa. Inexigibilidade. Procedimento Licitatório. Homologação. Crimes em Licitação. Contratos Administrativos. Características dos Contratos Administrativos e suas diferenças dos Contratos Privados. Contratos em Espécie. Forma dos Contratos Administrativos. Cláusulas Exorbitantes. Questões envolvendo equilíbrio econômico-financeiro. Execução. Extinção. Crimes em Contratos Administrativos.

#### Referências Básicas:

JUSTEN FILHO, Marçal **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal **Curso de Direito Administrativo**. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

#### Referências Complementares:

JUSTEN FILHO, Marçal **O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas**. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal **Pregão: Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

MAFFINI, Rafael Da Cás. **Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação Pública e Contrato Administrativo**. São Paulo: FORUM, 2011.

### ***Contabilidade Governamental (Carga horária: 60h)***

Ementa: Contabilidade Governamental. Campo de aplicação. Regimes contábeis. Execução do Orçamento Público. Receita e Despesa Pública. Restos a Pagar. Patrimônio Público. Dívida Pública. Elaboração de Balancetes, Balanços e Demonstrativos. Execução Orçamentária de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### Referências Básicas:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade Pública**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. **Contabilidade Pública**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

#### Referências Complementares:

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). **Planejamento Governamental para**

**Municípios:** Plano Purianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, Hélio. **Balancos Públicos.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública.** São Paulo. Saraiva, 2010.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas:** controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2002.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

### ***Direito Tributário (Carga horária: 60h)***

Ementa: Definição e características do Direito Tributário. Competência Tributária. Noção de tributo e de fato gerador. Limitações ao poder de tributar: princípios constitucionais tributários e imunidades. Espécies tributárias. Repartição das receitas tributárias. Obrigação tributária, crédito tributário e lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito. Extinção do crédito. Exclusão do crédito. Administração tributária.

#### Referências Básicas:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Manual de Direito Tributário.** 8 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário.** 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e Código Tributário.** 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

#### Referências Complementares

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado.** São Paulo: Método, 2012.

BORBA, Cláudio. **Direito Tributário.** 24 ed. São Paulo: Campus, 2009.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional.** 25 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário.** São Paulo: Saraiva, 2012.

### ***Políticas Públicas (Carga horária: 60h)***

Ementa: Conceitos básicos de políticas públicas. Políticas públicas: estruturas e processos. Estruturação de problemas. Processos de tomada de decisões políticas. Ciclo de política: formulação, implementação e avaliação de políticas. Abordagens recentes e reflexão sobre atores nas políticas.

#### Referências Básicas:

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, Marta M Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010.

SALM, José Francisco. **Políticas Públicas e Desenvolvimento – bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: UnB, 2009

#### Referências Complementares:

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas.** Um

inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n.º 51, p. 21-29, fevereiro/ 2003.

GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). **O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2011

HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2009.

SERAINÉ, Martins dos Santos (org.). **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Unijuí, 2008.

## **5º SEMESTRE**

### ***Gestão Estratégica no Setor Público (Carga horária: 60h)***

Ementa: Estratégia. O processo da administração estratégica. Análise dos ambientes externo e interno. Formulação de estratégias. Implementação e controle estratégico. Transposição de Tecnologias Gerenciais de administração estratégica para a Administração Pública. Metodologias para elaboração do planejamento estratégico na gestão pública.

#### Referências Básicas:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de Gestão em Organizações Públicas:** teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: EducS, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso Gestão Estratégica na Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

CERTO, Samuel **Administração Estratégica:** planejamento e implementação das estratégias. São Paulo: Person Education do Brasil, 2010.

#### Referências Complementares:

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A Estratégia em Ação:** Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Balanced Scorecard:** mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MINTZBERG, Henry AHLSTRAD, Bruce; LAMPEL, J.; **Safari de Estratégia:** um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAD, B.; LAMPEL, J.; **O processo da Estratégia:** O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Estratégica:** Foco no Planejamento Estratégico. São Paulo: Atlas, 2010.

### ***Responsabilidade Socioambiental (Carga horária: 30h)***

Ementa: Desenvolvimento, sociedade e meio ambiente. A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. Importância da gestão dos recursos ambientais. Relação entre as ideias de desenvolvimento sustentável e organizações. Tomada de decisões em função do custo benefício. Múltiplos objetivos e administração de tradeoffs.

Responsabilidade socioambiental nas organizações. Questão ambiental no Brasil.

Referências Básicas:

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática.** São Paulo: Saraiva, 2009.

FERNANDES, Bruno H. R. **Administração Estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho.** São Paulo: Saraiva, 2005. WITTMANN, Milton; RAMOS, Marília P. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

Referências Complementares:

CHESE, J. R. **Análise do ciclo de vida dos produtos: ferramenta gerencial da ISO 14000.** Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997.

BRITO, Francisco A. e CÂMARA, B. D. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. As Organizações e a Biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.T.; NORD, W.R.; HARDY, C. **Handbook de Estudos Organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2001, vol. 1.

MOREIRA, Maria Suely. **Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental: modelo ISO 14000.** Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 2001.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégia de negócios focadas na realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2002.

***Planejamento em Pesquisa (TCC) (Carga horária: 60h)***

Ementa: Revisão de conhecimentos básicos sobre metodologia científica e o processo de investigação. A pesquisa científica no campo da gestão pública. Estrutura básica de um artigo científico: introdução, desenvolvimento e conclusão. Planejamento em pesquisa no campo da gestão pública: tema, problema e hipótese, estudo bibliográfico, métodos de pesquisa. Apresentação de projeto.

Referências Básicas:

GIL, Antonio Carlos **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAIR JR., J. F. et **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

CERVO, Amado; BERVIAN, P.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6 ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

Referências Complementares:

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora 1996.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 3. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Referências bibliográficas: BR 6023,** Rio de Janeiro: 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2005.

## 6º SEMESTRE

### *Auditoria Governamental (Carga horária: 60h)*

Ementa: Auditoria Governamental e o campo de aplicação. Normas brasileiras de auditorias. Tipos de auditoria governamental. Planos e programas de auditoria. Técnicas de auditoria. Papéis de trabalho. Procedimentos de auditoria. Parecer e relatório. Atividades do controle interno e externo.

#### Referências Básicas:

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CRUZ, Flávio da, e GLOCK, José Osvaldo. **Controle Interno nos Municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os tribunais de contas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

#### Referências Complementares:

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. **Contabilidade Pública**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas: controladoria governamental**. Curitiba: Juruá, 2002.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

### *Ética na Gestão Pública (Carga horária: 30h)*

Ementa: Reflexões sobre moral e ética. Principais doutrinas éticas. Atitude pessoal e ética social. Princípios, valores e padrões. Ética nas organizações. Ética no serviço público. Conduta do gestor público. Ética profissional.

#### Referências Básicas:

ALONSO, Felix Ruiz. LOPEZ, Francisco Granizo. CASTRUCCI, Plinio de Lauro. **Curso de ética em administração**. Atlas. São Paulo, 2006.

MATTAR, João Augusto Neto. **Filosofia e ética na administração**. São Paulo: Saraiva, 2006.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

#### Referências Complementares:

CAMARGO, Marculino. **Ética na empresa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEISINGER, Klaus M.; SCHMITT, Karin. **Ética empresarial: responsabilidade global gerenciamento moderno**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética: de Platão a Foucault**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

PONCHIROLI, Osmar. **Ética e responsabilidade social empresarial**. Curitiba:

Juruá, 2010.

### ***Pesquisa Aplicada (TCC) (Carga horária: 60h)***

Ementa: Técnicas de coletas de dados. Técnicas de análise de dados. Análise e discussão dos resultados. Desenvolvimento do artigo científico aplicado à gestão pública. Defesa do trabalho de conclusão do curso.

#### Referências Básicas:

CERVO, Amado; BERVIAN, P.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

HAIR JR., J. F. et **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VIEIRA, Martin F.; ZOUAIN, D. M. (org). **Pesquisa Qualitativa em Administração: Teoria e Prática**. São Paulo: FGV, 2010.

#### Referências Complementares:

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009

DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAIR, J. F., ANDERSON, R. E. TATHAM, R. L., BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

### ***2.3.4.2 Ementas dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação***

#### ***Análise das Demonstrações do Setor Público (Carga horária: 30h)***

Ementa: Análise econômico-financeira. Análise horizontal e análise vertical. Análise de demonstrativos da execução orçamentária. Relatórios de análise.

#### Referências Básicas:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Maurício Correa da. **Demonstrações Contábeis Públicas: indicadores de desempenho e análise**. São Paulo: Atlas, 2012.

#### Referências Complementares:

KOHAMA, Heilio. **Balanços Públicos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. **Contabilidade Pública**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

### ***Controle da Administração Pública (Carga horária: 30h)***

Ementa: Administração Pública Direta e Indireta. Princípios. Controle Interno Administrativo. Controle Externo pelo Legislativo. Tribunal de Contas. Controle Judicial. Instrumentos Administrativos e Judiciais de Controle pelo Cidadão e Organizações.

#### Referências Básicas:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

#### Referências Complementares:

BRASIL, Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 23 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública**. 11 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MAFFINI, Rafael Da Cás. **Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

### ***Desenvolvimento Regional e Local (Carga horária: 60h)***

Ementa: Caracterização do conceito sistêmico de desenvolvimento. O território e o desenvolvimento. As teorias do desenvolvimento. As potencialidades e as especificações do local. O lugar e seus problemas de desenvolvimento. Formação de blocos versus fortalecimento das regiões. Políticas Públicas e desenvolvimento. Empreendedorismo social.

#### Referências Básicas:

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

#### Referências Complementares:

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Depois da queda**: a economia brasileira da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia Brasileira na Encruzilhada**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DATHEIN, Ricardo; CUNHA, André Moura [et al.] **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**: contribuições sobre o período pós 1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ORTEGA, Antônio César (org.) **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

### ***Direito e Sociedade (Carga horária: 60h)***

Ementa: Objeto de estudos e função social do direito. Hermenêutica dos conflitos e dogmática jurídica. Direito positivo e valores coletivos. Escopos do direito. A construção política dos direitos. Tópicos de direito e sociedade.

#### Referências Básicas:

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

#### Referências Complementares:

BARROS, Wellington Pacheco de. **A interpretação sociológica do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1995.

LEMOS, Roberto Jenkins de. **Lobby: Direito Democrático**. Porto Alegre: Sagra, 1986.

LODI, João Bosso. **Lobby: os grupos de pressão**. São Paulo: Pioneira, 1986

BENTO, Fábio Régio. Sobre a centralidade da hermenêutica dos conflitos no direito positivo. In: BENTO, Fábio Régio. **Maquiavel pré-sociólogo e outros ensaios**. Jundiá (SP): Paco, 2010 (artigo disponível online Revista Doutorado Interdisciplinar da UFSC).

CORREAS, Oscar. **Introdução à sociologia jurídica**. Porto Alegre: Crítica Jurídica, 1996.

HERKENHOF, João Baptista. **Direito e utopia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999.

### ***Economia do Setor Público (Carga horária: 60h)***

Ementa: O papel do setor público na economia. Natureza e estrutura das despesas públicas. Modalidade de financiamentos dos encargos governamentais. Orçamento Público. As finanças públicas no Brasil. As estatais e o déficit público no Brasil.

#### Referências Básicas:

BIDERMAN, Ciro ARVATE, Paulo. (org.) **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

LONGO, Carlos Alberto; TROSTER, Roberto Luis. **Economia do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 1993.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares:

- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALEM, Ana Claudia. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MANKIW, N.Gregory. **Introdução à Economia**, São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas, a política orçamentária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997

***Gestão de Convênios (Carga horária: 30h)***

Ementa: Convênios: caracterização e formalização. Termo de convênio. Plano de trabalho. Contrapartida e aplicação financeira. Prestação de contas. Tomada de contas especial. Contrato de repasse.

Referências Básicas:

- ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SANTOS, Clezio Saldanha dos Santos. **Introdução à Gestão Pública Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares:

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CONTROLADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO. **Manual do Gestor Público**. Porto Alegre: Corag, 2009.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Atlas, 2010.
- PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Convênios e outros instrumentos de “Administração Consensual” na Gestão Pública do Século XXI (restrições em ano eleitoral)**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

***Gestão de Custos no Setor Público (Carga horária: 30h)***

Ementa: Origem e elementos de custos. Classificação e nomenclaturas. Sistemas de Custeio. Métodos de custeio. Custo aplicado ao setor público. Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Referências Básicas:

- CREPALDI, Silvio A. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MAUS, Cezar Volnei; SOUZA, Marcos Antonio. **Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: Modelo para Mensuração e Análise da Eficiência e Eficácia Governamental**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio **Custos no Setor Público**. Brasília: Editora da UNB, 2007.

Referências Complementares:

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. **Gestão de Custos e Resultado na Saúde: hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEZERRA FILHO, João E. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. Porto Alegre: Editora Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEONE, S.George **Curso de contabilidade de custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HERNANDEZ, J.J.P.; COSTA, R. G.; OLIVEIRA, L.M. **Gestão estratégica de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

***Gestão de Fundos Especiais (Carga horária: 30h)***

Ementa: Constituição, finalidade e gestão dos Fundos Especiais. Fundo Especial de natureza contábil e de natureza financeira. Orçamento do Fundo Especial. Plano de Aplicação. Conta vinculada. Aplicação dos recursos. Relatório de Gestão. Prestação de Contas.

Referências Básicas:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade Pública**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. **Contabilidade Pública**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares:

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). **Planejamento Governamental para Municípios**: Plano Purianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, Hélio. **Balancos Públicos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo. Saraiva, 2010.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas**: controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2002.

***Gestão de Terceiro Setor (Carga horária: 30h)***

Ementa: Reforma do Estado e participação da Sociedade na formulação de Políticas Públicas. Perspectiva histórica do Terceiro Setor. Marco Legal do Terceiro Setor. Gestão Social. Projeto como ferramenta de Gestão Social. Redes e Parcerias. Redes de Compromisso Social. Responsabilidade Social Corporativa.

Referências Básicas:

CAVALCANTI, Marly.(org). **Gestão Social, Estratégias e Parcerias**: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor. São Paulo: Saraiva, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**:

criação de ONGs e estratégias de atuação. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.  
IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Referências Complementares:

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor: o desafio de administrar sem receita.** São Paulo: Makron Books, 1999.

KOTLER, Philip., LEE, Nancy. **Marketing Social: influenciando comportamentos para o bem.** Porto Alegre: Editora Bookman, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública - foco nas instituições e ações governamentais.** São Paulo: Atlas, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

TENORIO, Fernando G. (org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais.** 10 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

***Gestão Pública e Relações Internacionais (Carga horária: 30h)***

Ementa: Introdução às Teorias de Relações Internacionais. Introdução ao Direito Internacional Público. Introdução às Organizações Internacionais. Novos atores no Sistema Internacional. Diplomacia e Paradiplomacia na Gestão Pública. Gestão de Recursos Internacionais. Organismos internacionais de financiamento. Captação de Recursos externos.

Referências Básicas:

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais – Teoria e História.** São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

OLSSON, Giovanni. **Relações Internacionais e seus Atores na Era da Globalização.** Curitiba: Juruá Editora, 2004.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio; ROMÃO, Wagner de Melo; XAVIER, Marcos (Orgs.). **Cidades em Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Desatino, 2009.

Referências Complementares:

BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária.** Ijuí: Unijuí, 2001.

IANNI, Octavio. **Teorias de Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LESSA, José Vicente da Silva. **Paradiplomacia no Brasil e no Mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais.** São Paulo: Editora UFV, 2007.

REZEK, Francisco. **Direito internacional Público: curso elementar.** São Paulo: Saraiva, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais.** 4º ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

***Inovação e Empreendedorismo no Setor Público (Carga horária: 60h)***

Ementa: Importância do empreendedorismo como propulsor do desenvolvimento. O empreendedor e suas características. O empreendedor na área pública. Conceito de

inovação. Tipos e metodologias de inovação. Casos de Inovação na área pública. Políticas públicas para inovação.

Referências Básicas:

DORNELAS, Jose C. A . **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2008

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 2008

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares:

ANDREASSI, Tales. **Gestão da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da Inovação**: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil. São Paulo: LTC, 2009.

SCHUMPETER, Joseph **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Inovação**: quebrando paradigmas para vencer. São Paulo: Saraiva, 2007.

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. **Gestão da Inovação**. Trad. Elizamari Rodrigues Becker et. all. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

**LIBRAS (Carga horária: 60h)**

Ementa: Visa proporcionar conhecimentos iniciais sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e elementos teóricos correspondentes ao cotidiano do surdo como: cultura surda, identidades surdas, educação de surdos, entre outros contextos.

Referências Básicas:

SKILIAR, Carlos (Org.). **Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre. Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **A linguística e a língua de sinais brasileiras**. In: **Língua de sinais brasileira**. Estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTEMD, 2004.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

Referências Complementares:

CAPPOVILA, Fernando Cesar. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.

FELIPE, Tanya. **Políticas Públicas para a inserção da LIBRA na educação de surdos**. In: **Espaço**. Rio de Janeiro: INES, 2006, jan, jun 2006.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Volume I. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009.

PERLIN, Gladis. **Identidades Surdas**. In: SKILIAR, Carlos (org.). **Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

### ***Matemática Financeira (Carga horária: 60h)***

Ementa: Regime de Juros Simples. Regime de Juros Compostos. Noções sobre Anuidades e Empréstimos. Inflação. Atualização de Ativos Monetários.

#### Referências Básicas:

BRUNI, Adriano L.; FAMA, R. **A matemática das finanças**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington F.; GOMES, J. M. **Matemática financeira**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCINI, Abelardo **Matemática financeira**. São Paulo: Saraiva, 2011 9ªed.

#### Referências Complementares:

CASTANHEIRA, Nelson **Matemática financeira e análise financeira**. Curitiba: Juruá, 2009.

GIANNETTI, Eduardo **O valor do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HAZZAN, Samuel **Matemática financeira**. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MILONE, Giuseppe **Matemática financeira**. São Paulo: Thomson, 2006.

PENIDO, Eduardo **Matemática financeira essencial**. São Paulo: Atlas, 2008.

### ***Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local (Carga horária: 30h)***

Ementa: Conceitos de planejamento para o desenvolvimento. Estratégias para o desenvolvimento local e regional. Especificidades do planejamento local e regional. Capital social e a governança para o desenvolvimento local e regional.

#### Referências Básicas:

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ORTEGA, Antônio César (org.) **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **Município, Descentralização e Território**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

#### Referências Complementares:

AMATO NETO, João. **Gestão de Sistemas Locais de Produção e Inovação (clusters/APLs): um modelo de referência**. São Paulo: Atlas, 2009.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M.(org.) **Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. 5ª Ed.

DALLA COSTA, Armando João (org.) **Estratégias de desenvolvimento urbano e regional**. Curitiba: Juruá, 2004.

MARTIN, Scott.; GUIMARÃES, Nadia Araujo (org.) **Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

### ***Processo Administrativo Disciplinar (Carga horária: 30h)***

Ementa: Conceito. Fontes. Processo e Procedimento. Sujeitos e Relação Processual. Princípios Aplicáveis ao Processo Disciplinar. Instauração, Inquérito, Instrução, Defesa, Relatório e Julgamento. Punição Disciplinar. Recursos. Prescrição.

#### Referências Básicas:

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Processo administrativo disciplinar**. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA, José Armando da. **Processo Administrativo Disciplinar – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CRETELLA JR. José. **Prática do Processo Administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

#### Referências Complementares:

MAFFINI, Rafael Da Cás. **Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

NOHARA, Irene Patrícia. **Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99 Comentada**. São Paulo: Atlas, 2009.

OTCAVIANO, Ernomar; GONZÁLEZ, Átila J. **Sindicância e Processo Administrativo**. São Paulo: Leud, 2012.

VAROTO, Renato Luiz Mello. **Prescrição no Processo Administrativo Disciplinar**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

### ***Qualidade no Serviço Público (Carga horária: 30h)***

Ementa: Evolução dos programas de qualidade no serviço público brasileiro. Da era Vargas ao Governo Lula: instrumentos, aplicação e resultados. O serviço público na CF/88. Serviços oferecidos pelo Poder Público. Clientes/usuários/consumidores dos serviços públicos. Padrões de qualidade no atendimento ao cidadão. A ética dos servidores no desempenho de suas funções.

#### Referências Básicas:

ANDREWS, Cristina W.; BARIANI, Edison. **Administração Pública no Brasil - breve história política**. 1ª Ed. UNESP. 2010.

BARRETO, Paulo Daniel. **A excelência em gestão pública**. 1ª Ed. Qualitymark. 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos.; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7ª Ed. FGV. 2007.

#### Referências Complementares:

COSTIN, Cláudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LEME, Rogerio. **Gestão por competências no Setor Público**. 1ª Ed. Qualitymark. 2011.

MARTINS, Humberto Falcão.; MARINI, Caio. **Guia de governança para resultados no setor público**. 1ª Ed. PUBUX CONHECIMENTO. 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

***Redação Oficial (Carga horária: 30h)***

Ementa: Elementos Básicos da Correspondência Oficial. Normas da Correspondência Oficial. A Preparação de Documentos Oficiais (Formatação e Diagramação). Elementos de Ortografia e Gramática. Tipos de Expedientes. Atos Oficiais. Abreviações. Reuniões e Eventos: Classificação. Questões de Gramática e Linguagem.

Referências básicas:

LEDUR, Paulo F. **Manual de Redação Oficial dos Municípios**. Porto Alegre: Editora AGE, 2007.

LIMA, Antônio O. **Manual de Redação Oficial: teoria, modelos e exercícios**. 2.ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2005.

MENDES, Gilmar F.; JÚNIOR, N. J. F. **Manual de redação da Presidência da República**. 2.ed. Brasília: Presidência da República, 2002.

Referências Complementares:

AQUINO, Renato **Redação para concursos: teoria e testes**. 10.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

CASTELEIRO, João M. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa: conforme acordo ortográfico**. São Paulo: Texto Editores, 2008.

GRION, Laurinda **400 erros que um executivo comete ao redigir**. 2.ed. São Paulo: Edicta, 2003.

KASPARY, Adalberto J. **Redação Oficial: Normas e Modelos**. 13.ed. Porto Alegre: Edita, 1996.

NADOLSKIS, Hêndricas **Comunicação Redacional: Atualizada**. 12.ed. Porto Alegre: Saraiva, 2010.

***Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas (Carga horária: 30h)***

Ementa: Análise dos instrumentos de políticas. Análise e elaboração de planejamento e formulação de políticas. Análise de políticas públicas brasileiras nas áreas da saúde, educação, habitação e saneamento, suplementação alimentar e previdência.

Referências Básicas:

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, Marta M Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SALM, José Francisco. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009

Referências Complementares:

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n.º 51, p. 21-29, fevereiro/ 2003.

GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). **O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2009.

SERAINÉ, Martins dos Santos (org.). **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Unijuí, 2008.

### ***Tópicos Emergentes em Gestão Pública (Carga horária: 60h)***

Ementa: Desafios e perspectivas da Administração Pública contemporânea.

#### Bibliografia Básica:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de Gestão em Organizações Públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul: EducS, 2011.

COSTIN, Cláudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública - foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

#### Bibliografia Complementar:

ANDREWS, Cristina W. (org); BARIANI, Edison (org.). **Administração Pública no Brasil**. São Paulo: UNIFESP, 2010.

BADO, Rafael Antonio. **Novos horizontes para a Gestão Pública**. Curitiba, Juruá, 2009.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUIMARÃES, Tadeu Barreto **O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2006

SILVA, Maurício Correa da. **Demonstrações Contábeis Públicas: indicadores de desempenho e análise**. São Paulo: Atlas, 2012.

### ***Transparência e Cidadania (Carga horária: 30h)***

Ementa: Formação da cidadania no Brasil. Patrimonialismo e coronelismo no Brasil. Cidadania ativa e cidadania passiva. O Homem cordial. Estado central e corrupção. A importância da participação política. Transparência e publicidade. O contraponto da transparência em nossa formação enquanto cidadãos. Transparência e ciberativismo. Instrumentos legais de transparência.

#### Referências Básicas:

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

HIRSCHMANN, Albert. **A retórica da Intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

#### Referências Complementares:

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

SARAMAGO, José. **O Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Os objetivos, tanto dos componentes curriculares obrigatórios, como dos componentes curriculares complementares de graduação, devem ser elaborados pelos professores, quando do planejamento desse componente curricular, considerando a sua ementa e os objetivos do Curso.

### 2.3.5 Flexibilidade Curricular

A flexibilidade está contemplada, além dos componentes curriculares complementares de graduação do curso, em outros componentes curriculares, ofertados por outros cursos, que tenham afinidade com a gestão pública, e podem ser validados pelos componentes curriculares complementares de graduação Tópicos em Administração, Tópicos em Direito, Tópicos em Economia, Tópicos em Relações Internacionais. Na flexibilidade está presente a interdisciplinaridade desenvolvida por meio de projetos de ensino que reúna mais de um componente curricular, nos quais são trabalhados os conteúdos dos componentes curriculares aliando a teoria à prática. Nos projetos de ensino são desenvolvidas atividades como visitas técnicas, resolução de problemas, seminários. São promovidos eventos por meio de projetos de extensão como o Ciclo de Estudos de Aprofundamento em Gestão Pública, os Seminários de Práticas em Gestão Pública.

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão são elementos que contribuem para a flexibilidade e promovem a interdisciplinaridade. Para articular os projetos será implementado o Núcleo de Gestão Pública da UNIPAMPA. O Núcleo visa ser um espaço de referência para o atendimento das demandas municipais e regionais referentes à gestão pública; através do desenvolvimento de projetos que articulem extensão, ensino e pesquisa do Curso, incluindo um maior número de discentes; bem como através da articulação de parcerias internas e externas para o desenvolvimento de projetos de forma interdisciplinar.

### 2.3.6 Matriz Curricular Anterior

O Quadro 6 apresenta a matriz curricular do Projeto Pedagógico anterior.

**Quadro 6 - Matriz Curricular Anterior**

Sem	Componente Curricular	Pré-requisito	CH	Créd
1º	Fundamentos de Ciência Política		30	02
	Fundamentos de Economia		60	04
	Fundamentos de Contabilidade		60	04
	Metodologia Científica		30	02
	Fundamentos de Administração		60	04
	Fundamentos de Sociologia		60	04
	<b>TOTAL</b>		<b>300</b>	<b>20</b>
2º	Administração Pública	Fundamentos de Ciência Política	60	04
	Direito Constitucional		60	04
	Filosofia e Ética Profissional		30	02

	Matemática Financeira		60	04
	Psicologia das Organizações		60	04
	Organização, Sistemas e Métodos	Fundamentos de Administração	30	02
	<b>TOTAL</b>		<b>300</b>	<b>20</b>
3°	Gestão de Pessoas	Psicologia das Organizações	60	04
	Direito Administrativo	Direito Constitucional	60	04
	Estatística		60	04
	Sistemas de Informação no Setor	OSM e Administração Pública	60	04
	Planejamento e Orçamento Governamental	Fundamentos de Contabilidade	60	04
	<b>TOTAL</b>		<b>300</b>	<b>20</b>
4°	Gestão de Projetos	Organização, Sistemas e Métodos	60	04
	Gestão do Patrimônio Público	Sistemas de Informação no Setor	60	04
	Contabilidade Governamental	Planejamento e Orçamento	60	04
	Direito Tributário	Direito Constitucional	60	04
	DCG		60	04
	<b>TOTAL</b>		<b>300</b>	<b>20</b>
5°	Responsabilidade Socioambiental		30	02
	Planejamento e Gestão Estratégica	Gestão de Projetos	60	04
	Auditoria Governamental	Contabilidade Governamental	60	04
	Planejamento em Pesquisa		30	02
	DCG		90	06
	<b>TOTAL</b>		<b>270</b>	<b>18</b>
6°	Tópicos Especiais em Gestão Pública	Administração Pública	60	04
	Pesquisa Aplicada	Planejamento em Pesquisa	60	04
	DCG		120	08
	<b>TOTAL</b>		<b>240</b>	<b>16</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1710</b>	<b>114</b>

O Quadro 7 apresenta o rol de componentes curriculares complementares de graduação do Projeto Pedagógico anterior.

**Quadro 7 – Componentes Curriculares Complementares de Graduação Anterior**

<b>Componente Curricular Complementar de Graduação (CCCG)</b>	<b>Pré-requisito</b>	<b>CH</b>	<b>Créd</b>
Desenvolvimento Regional		60	04
Direito e Sociedade		60	04
Economia do Setor Público		60	04
Gestão de Processos	Organização, Sistemas e Métodos	60	04
Gestão Pública e Relações Internacionais		30	02
Planejamento e Desenvolvimento Local		30	02
Políticas Públicas	Administração Pública	60	04
Gestão de Fundos Especiais	Contabilidade Governamental	30	02
Gestão de Convênios e Recursos	Contabilidade Governamental	30	02
Qualidade do Atendimento no Serviço Público	Administração Pública	30	02
Legislação Eleitoral	Direito Constitucional	60	04
Transparência e Cidadania		30	02
Inovação e Empreendedorismo Social		60	04
LIBRAS		60	04
Relações de Trabalho	Direito Administrativo	60	04
Processo Administrativo Disciplinar	Direito Administrativo	30	02
Análise das Demonstrações Contábeis no Setor Público	Contabilidade Governamental	30	02
Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas		30	02
Controle da Administração Pública		30	02

### 2.3.7 Equivalência dos Componentes Curriculares

O Quadro 8 apresenta a equivalência dos componentes curriculares entre as matrizes curriculares anterior e atual.

**Quadro 8** – Equivalência dos Componentes Curriculares

Sem	Componente Curricular Anterior	CH	Componente Curricular Atual	CH	Observações
1º	Fundamentos de Ciência Política	30	Teoria do Estado e Ciência Política	60	Mais 02 créditos de outro componente curricular.
	Fundamentos de Economia	60	Fundamentos de Economia	60	
	Fundamentos de Contabilidade	60			Contabilidade Geral do 2º semestre.
	Metodologia Científica	30	Metodologia Científica	60	Mais 02 créditos de outro componente curricular.
	Fundamentos de Administração	60	Administração Geral	60	
	Fundamentos de Sociologia	60	Sociologia	60	
	<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	
2º	Administração Pública	60	Administração Pública	60	
	Direito Constitucional	60	Direito Constitucional	60	
	Filosofia e Ética Profissional	30			Ética na Gestão Pública do 6º semestre.
	Matemática Financeira	60			Componente Curricular Complementar de Graduação.
	Psicologia das Organizações	60			Comportamento Organizacional do 3º semestre.
	Organização, Sistemas e Métodos	30	Gestão de Processos	60	Mais 02 créditos de outro componente curricular.
			Contabilidade Geral	60	Fundamentos de Contabilidade do 1º semestre.
			Gestão com Pessoas no Setor Público	60	Gestão de Pessoas do 3º semestre.
	<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	
3º	Gestão de Pessoas	60			Gestão com Pessoas no Setor Público do 2º semestre.
	Direito Administrativo	60	Direito Administrativo	60	
	Estatística	60	Estatística	60	
	Sistemas de Informação no Setor Público	60	Sistemas de Informação no Setor Público	60	
	Planejamento e Orçamento Governamental	60	Planejamento e Orçamento Governamental	60	
			Comportamento Organizacional	60	Psicologia das Organizações do 2º semestre.
	<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	
4º	Gestão de Projetos	60	Gestão de Projetos no Setor Público	60	

	Gestão do Patrimônio Público	60	Gestão de Materiais e Patrimônio	30	Gestão do Patrimônio Público equivale a Gestão de Materiais e Patrimônio, e a Licitações e Contratos Administrativos.
			Licitações e Contratos Administrativos	30	
	Contabilidade Governamental	60	Contabilidade Governamental	60	
	Direito Tributário	60	Direito Tributário	60	
	DCG	60			
			Políticas Públicas	60	
	<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	
5°	Responsabilidade Socioambiental	30	Responsabilidade Socioambiental	30	
	Planejamento e Gestão Estratégica	60	Gestão Estratégica no Setor Público	60	
	Auditoria Governamental	60			Auditoria Governamental do 6° semestre.
	Planejamento em Pesquisa	30	Planejamento em Pesquisa (TCC)	60	Mais 02 créditos de outro componente curricular.
	DCG	90			
			CCCCG	120	
	<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	
6°	Tópicos Especiais em Gestão Pública	60			Componente Curricular Complementar de Graduação.
	Pesquisa Aplicada	60	Pesquisa Aplicada (TCC)	60	
	DCG	120			
			Ética na Gestão Pública	30	Filosofia e Ética Profissional do 2° semestre.
		Auditoria Governamental	60	Auditoria Governamental do 5° semestre.	
			CCCCG	120	
	<b>TOTAL</b>	<b>240</b>	<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1710</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1740</b>	
			<b>ACG</b>	<b>30</b>	
			<b>TOTAL DO CURSO</b>	<b>1770</b>	

O Quadro 9 apresenta o rol de componentes curriculares complementares de graduação com a respectiva equivalência entre os mesmos.

**Quadro 9 – Equivalência dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação**

Componente Curricular Complementar de Graduação (CCCCG) Anterior	CH	Componente Curricular Complementar de Graduação (CCCCG) Atual	CH	Observações
Desenvolvimento Regional	60	Desenvolvimento Regional e Local	60	
Direito e Sociedade	60	Direito e Sociedade	60	
Economia do Setor Público	60	Economia do Setor Público	60	
Gestão de Processos	60			Gestão de Processos do 2° semestre.
Gestão Pública e Relações Internacionais	30	Gestão Pública e Relações Internacionais	30	
Planejamento e Desenvolvimento Local	30	Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local	30	

Políticas Públicas	60			Políticas Públicas do 4º semestre.
Gestão de Fundos Especiais	30	Gestão de Fundos Especiais	30	
Gestão de Convênios e Recursos	30	Gestão de Convênios	30	
Qualidade do Atendimento no Serviço Público	30	Qualidade no Serviço Público	30	
Legislação Eleitoral	60			Tópicos em Direito I
Transparência e Cidadania	30	Transparência e Cidadania	30	
Inovação e Empreendedorismo Social	60	Inovação e Empreendedorismo no Setor Público	60	
LIBRAS	60	LIBRAS	60	
Relações de Trabalho	60			Tópicos em Administração I
Processo Administrativo Disciplinar	30	Processo Administrativo Disciplinar	30	
Análise das Demonstrações Contábeis no Setor Público	30	Análise das Demonstrações Contábeis no Setor Público	30	
Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas	30	Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas	30	
Controle da Administração Pública	30	Controle da Administração Pública	30	
		Gestão de Custos no Setor Público	30	
		Gestão do Terceiro Setor	30	
		Matemática Financeira	60	Matemática Financeira do 2º semestre.
		Redação Oficial	30	
		Tópicos Emergentes em Gestão Pública	60	Tópicos Especiais em Gestão Pública do 6º semestre.
		Tópicos em Administração I	60	
		Tópicos em Administração II	30	
		Tópicos em Direito I	60	
		Tópicos em Direito II	30	
		Tópicos em Economia I	60	
		Tópicos em Economia II	30	
		Tópicos em Relações Internacionais I	60	
		Tópicos em Relações Internacionais II	30	

Os Quadros 8 e 9 que apresentam a equivalência dos componentes curriculares entre as matrizes curriculares anterior e atual, servem como plano de migração curricular para alunos que por ventura tenham cursado algum componente curricular que foi excluído ou modificado, garantindo dessa forma o aproveitamento do que foi cursado e previsão do que ainda não foi realizado pelo aluno.

### 3 RECURSOS

Este capítulo apesar de ser intitulado “recursos”, detêm-se em apresentar as pessoas e suas competências. Inicialmente, apresenta-se o perfil desejado pela UNIPAMPA para os docentes, o corpo docente atual e suas qualificações. Após apresenta-se o perfil do corpo discente e a infraestrutura a disposição do Curso.

#### 3.1 CORPO DOCENTE

O perfil almejado do docente da Universidade Federal do Pampa construído por todos os professores da instituição no II Seminário de Desenvolvimento Profissional: Pedagogia Universitária, realizado em Santana do Livramento, de 17 a 19 de fevereiro de 2009 espera um educador com alta titulação, com uma sólida e qualificada formação acadêmica, dimensionada no conhecimento específico e nos estudos interdisciplinares da profissionalidade requerida. Tem comprometimento com a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, inserido na região do pampa, em sua diversidade cultural, atuando como potencializador das relações sócio-econômicas e do desenvolvimento sustentável. Com postura ética e autonomia intelectual, participa com criticidade da missão da Universidade, fortalecendo sua permanente construção (UNIPAMPA, 2009).

Nesse sentido, tendo esse perfil de professor construído na instituição, fica claro que a UNIPAMPA valoriza os processos de reflexão docente. Oportuniza espaços de planejamento e reflexão sobre as práticas, bem como estudos de questões pedagógicas buscando oferecer ensino de qualidade.

Sendo assim, conta com o Programa de Desenvolvimento Profissional Docente, o qual é uma proposta de formação continuada dos professores. O referido programa envolve três grupos de trabalho: Professores Ingressantes, Professores Estáveis e Coordenadores de Curso. Cada grupo recebe orientações conforme suas necessidades e diferentes peculiaridades.

Esse programa conta com o “seminário dos docentes”, já citado anteriormente. Essa atividade acontece anualmente sendo um encontro de todos os professores da instituição com atividades de formação, reflexão, integração e trocas de experiência. Todo o trabalho de atendimento pedagógico é realizado em cooperação entre a Coordenadoria do Desenvolvimento Pedagógico (COORDEP) da Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) e Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) de cada Campus. Tal núcleo é composto no Campus de Santana do Livramento por um Técnico em Assuntos Educacionais, um Pedagogo e um Assistente Social, os quais executam atividades de atendimento, acompanhamento e assessoramento a docentes e discentes. Além disso, o corpo docente também conta com o apoio dos coordenadores de curso e do Coordenador Acadêmico.

Dessa forma, o trabalho dos professores do Curso está respaldado e apoiado pela política da universidade. É importante destacar que existe ainda a possibilidade de compartilhamento de docentes com outros campi, conforme necessidade e interesse do Curso e da Instituição.

**Quadro 10** – Docentes da Comissão do Curso

Nome	Formação	Tempo de Exercício em IES
Ana Monteiro Costa	Graduada em Ciências Econômicas, PUCRS (2004); Mestrado em Desenvolvimento Rural, UFRGS (2006); Doutorado em Economia, UFRGS (2010).	6 anos

Alcívio Vargas Neto	Graduado em Engenharia Mecânica, PUCRS (1992); Especialista em Marketing, ESPM (2000); Especialista em Relações Internacionais, ESPM (2008); Mestrado em Administração, UFRGS (2003).	10 anos
Avelar Batista Fortunato	Graduado em Ciências Econômicas, UNIPLAC (1982); Especialista em Economia de Empresas, UFSC (1993); Doutorado em Administração Educacional UC – USA (2001), UFG (2006).	29 anos 6 meses
Camila Furlan da Costa	Graduada em Administração, UFSM (2005); Especialista em Educação a Distância (2010); Mestrado em Administração, UFRGS, (2009).	3 anos
Carina Cipolat	Graduada em Administração, FURG (1998); Especialista em Qualidade em Administração, UFSM (2001); Mestrado em Engenharia da Produção, UFSM (2005).	8 anos 6 meses
Carolina Freddo Fleck	Graduada em Comunicação Social – Relações Públicas, UFSM (2004); Especialista em Comunicação Empresarial, UNISC (2006); Mestrado em Administração, UFSM (2008); Doutorado em Administração, UFRGS (2012).	5 anos
César Augustus Techemayer	Graduado em Administração, PUCRS (1987); Especialista em Administração de Recursos Humanos, PUCRS (1990); Mestrado em Administração, UFRGS (2002).	15 anos 6 meses
Cristian Ricardo Wittmann	Graduado em Direito, UNISC (2007); Mestrado em Direito, UNISC (2010); Doutorando em Direito, UNISINOS.	3 anos 6 meses
Everton da Silveira Farias	Graduado em Administração, UFRGS (2005); Mestrado em Administração, UFRGS, (2011); Doutorando em Administração, UFRGS.	3 anos 6 meses
Fabiane Tubino Garcia	Graduada em Ciências Contábeis, UCPEL (1995); Especialista em Gestão Estratégica, FURG (2001); Especialista em Liderança Empresarial, La Fundación Universitaria San Pablo-CEU. (2005); Especialista em Estatística e Modelagem Quantitativa, UFSM (2010); Mestrado em Engenharia da Produção, UFSM (2011).	4 anos 6 meses
Fábio Régio Bento	Graduado em Teologia, FAJE (1989); Graduado em Ciências Sociais, PUT – ITA (1992); Mestrado em Teologia Moral Social, PUL – ITA (1992); Mestrado em Ciências Sociais, PUT – ITA (1993); Doutorado em Ciências Sociais, PUT – ITA (1996).	16 anos 6 meses
Gleicy Denise Vasques Moreira Santos	Graduada em Direito, Universidade Católica Dom Bosco, (1998). Graduada em Ciências Econômicas, UFMS (1999); Especialização em Agente de Difusão e Inovação Tecnológica, UFMS (2001); Mestrado em Agronegócio, consórcio UFMS, UFG e UNB (2005); Doutoranda em Desenvolvimento Regional, UNISC.	12 anos 6 meses
Hector Cury Soares	Graduado em Direito, UFPel (2007); Mestrado em Direito, UNISINOS (2011); Doutorando em Direito, UFRGS.	4 anos 6 meses
Jamur Johnas Marchi	Graduado em Administração, UFSM, (2003); Mestrado em Administração, UFSM, (2006); Doutorando em Administração, UFSC.	7 anos 6 meses
Jeferson Luís Lopes Goularte	Graduado em Ciências Contábeis, URCAMP (1997); Mestrado em <i>Integración y Cooperación Internacional</i> ,	12 anos

	UNR - ARG (2002); Doutorando em <i>Ciencias de la Educación</i> , UNR – ARG.	
João Garibaldi Almeida Viana	Graduado em Zootecnia, UFSM (2005); Mestrado em Extensão Rural, UFSM (2008); Doutorado em Agronegócio, UFRGS (2012).	4 anos
Kalinca Léia Becker	Graduada em Ciências Econômicas, UFSM (2007) Mestrado em Economia Aplicada, ESALQ/USP (2009); Doutorado em Economia Aplicada, ESALQ/USP (2012).	2 anos
Kathiane Benedetti Corso	Graduada em Administração, UFSM (2005); Mestrado em Administração, UFSM (2009); Doutorado em Administração, UFRGS (2013).	2 anos e 6 meses
Luiz Edgar Araújo Lima	Graduado em Administração, ASPES (1988); Especialista em Administração, URCAMP (1994); Mestrado em Administração, UFRGS (2001).	22 anos 6 meses
Marta Olivia Rovedder de Oliveira	Graduada em Administração, UFSM (2003); Mestrado em Administração, UFRGS (2009); Doutoranda em Administração, UFRGS.	3 anos
Mauro Barcellos Sopeña	Graduado em Ciências Econômicas, UCPEL (1995); Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA (1997); Doutorando em Extensão Rural, UFSM.	12 anos 6 meses
Paulo Vanderlei Cassanego Junior	Graduado em Administração, UNIFRA (2003); Mestrado em Administração, UFSM (2006); Doutorando em Administração, USP.	7 anos 6 meses
Renato José da Costa	Graduado em Relações Internacionais, FASM (2003); Mestrado em História Social, USP (2006); Doutorando em História Social, USP.	6 anos
Ricardo Gonçalves Severo	Graduado em Ciências Sociais, UFPEL (2005), Mestrado em Ciências Sociais, UFPEL (2008); Doutorando em Ciências Sociais, PUC/RS.	4 anos 6 meses
Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão	Graduado em Administração, UFSC (1990); Mestrado em Administração, UFSC (1996); Doutorado em Educação, UNICAMP (2003).	19 anos 6 meses
Tiago Zardin Patias	Graduado em Administração, UNIJIÚ (2002); Especialista em Gestão de Pessoas, UNIJIÚ (2006); Mestrado em Administração, UCS (2008); Doutorando em Administração, UFSM.	7 anos
Vanessa Rabelo Dutra	Graduada em Administração, UFSM (2003); Especialista em Administração Financeira, UFRGS (2005) Mestrado em Administração, UFSM (2007).	7 anos 6 meses
Victor Hugo Veppo Burgardt	Graduado em Estudos Sociais, UCPEL (1990); Graduado em História, UCPEL (1991); Mestrado em História, UNB (1996); Doutorado em História, UNB (2006).	9 anos 6 meses

### 3.2 CORPO DISCENTE

A seleção unificada (SISU via ENEM) possibilita o ingresso de discentes de todo o país. Nesse sentido, as ações da Universidade são amplas para possibilitar a esses estudantes acompanhamento e assistência estudantil que refletem a preocupação com a promoção da permanência dos alunos no curso.

Essas questões fazem parte do Programa de Acompanhamento ao Estudante da UNIPAMPA, o qual é uma proposta aos discentes desde o ingresso na Universidade com uma estrutura centrada em três eixos: acolhimento, permanência e acompanhamento dos discentes.

Nesse sentido, os estudantes que tem interesse no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública podem optar por ingressar pelo “Programa de Ações Afirmativas” (vagas reservadas para indígenas, estudantes com deficiência, afrodescendentes e alunos oriundos de escola pública). Esse tipo de ingresso assegura e amplia o acesso democrático com compromisso de uma instituição social, plural e de natureza laica.

O Curso também conta com o Programa de Apoio a Instalação Estudantil para alunos em vulnerabilidade socioeconômica. É uma concessão de auxílio financeiro, em única parcela para auxiliar nas despesas relacionadas à instalação do estudante vindo de localidades distantes da unidade acadêmica.

Como política da universidade, o Curso se preocupa com o acolhimento dos ingressantes organizando no período de ingresso, o “projeto de acolhida” juntamente com a equipe da Coordenação Acadêmica. O perfil da turma ingressante é definido através de pesquisa aplicada pelo NuDE. Com o levantamento desses dados a Coordenação tem o conhecimento da realidade dos acadêmicos que vai trabalhar além de colaborar para o planejamento de ações. O levantamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais na turma ingressante, a entrevista que é realizada e o plano de ação para com esses alunos também já é definido nesse período.

Aos discentes são oferecidos outros programas da Assistência Estudantil. O Programa Bolsas de Permanência - PBP que é a concessão de bolsas aos estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em situação de vulnerabilidade socioeconômica para melhorar o desenvolvimento acadêmico e prevenir a evasão. Está distribuído em modalidades: Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Transporte.

O Programa de Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico – PBDA, objetiva incentivar a inserção dos estudantes nas atividades acadêmicas contando com a concessão de bolsas para atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Acadêmica a partir de seleção e classificação em edital anual.

O Programa de Educação Tutorial – PET tem por objetivo desenvolver atividades em padrões de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar.

Os acadêmicos contam (anualmente) com o SIEPE- Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tem como objetivo ampliar, potencializar e disseminar pesquisas acadêmicas, oficinas de áreas do conhecimento e integração da comunidade acadêmica com a comunidade externa a UNIPAMPA, fomentando e fortalecendo a interação e a cooperação dos povos do MERCOSUL.

Além disso, os discentes poderão participar, anualmente, do Encontro de Discentes da UNIPAMPA – EDIUNI. O evento acontece em algum dos campi da instituição e surgiu em 2008, a partir da necessidade de unir acadêmicos para pautar as dificuldades do Movimento Estudantil.

Sobre o acompanhamento dos estudantes, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) realiza os levantamentos que colaboram para a Gestão do Curso como, por exemplo, a análise da situação do Curso (sempre no fim do semestre) visando levantamento de reprovações em componentes curriculares e nome dos estudantes que reprovaram em mais de um componente curricular, repassando esses dados para a Coordenação do Curso. Além disso, realizam atendimentos aos discentes e encaminhamentos necessários.

Referente aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, em cada Campus, os Núcleos de Desenvolvimento Educacional e as Comissões de Acessibilidade constituem-se como extensões do NInA - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade que tem como objetivo

promover uma educação inclusiva que garanta ao aluno com deficiência e com necessidades educacionais especiais o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico na UNIPAMPA. Sendo assim, os estudantes do Curso contam com o atendimento educacional especializado (AEE), adequado ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência durante seu percurso acadêmico.

### 3.3 INFRAESTRUTURA

O curso está sediado nas instalações do Campus Santana do Livramento. O prédio onde se encontra instalado o Campus conta com uma área construída de 4.214,00m<sup>2</sup>, em um terreno de superfície de 5.529,17m<sup>2</sup>. O Campus dispõe de salas de aula, auditório para 350 pessoas, laboratórios, biblioteca e espaços para os setores administrativos. Conta ainda, com um ginásio de esportes com uma área construída de 1.283,40m<sup>2</sup>. As salas têm 57m<sup>2</sup> de área e estão equipadas com quadro branco, 50 cadeiras com braço, aparelho de ar condicionado e data show.

O curso ainda conta com o Laboratório de Informática, Biblioteca, Sala de Multimeios e Salão de Atos. O Laboratório de Informática contém quadro branco, 18 computadores em pleno funcionamento e está sob o controle da Coordenação Acadêmica, a qual tem 03 discentes bolsistas/trabalho que são encarregados de sua manutenção. A dimensão deste laboratório é de 53m<sup>2</sup> e está equipado com 02 aparelhos de climatização. A biblioteca dispõe de livros a disposição dos discentes, de acordo com o regulamento das bibliotecas da Universidade, e conta com uma área de 92m<sup>2</sup>.

A sala de multimeios tem um computador, datashow, tela de projeção e quadro branco. Esta sala tem capacidade para 50 discentes e sua área total é de 53,04m<sup>2</sup>. Localizado no terceiro andar do prédio e com capacidade para 400 pessoas, o Salão de Atos possui área de 275,30m<sup>2</sup>. Possui datashow, tela de projeção, aparelho de sonorização, bem como microfones com e sem fios. Ainda conta com palco de uma área de 46,95m<sup>2</sup>.

As salas de docentes estão distribuídas no terceiro pavimento do prédio. Cada uma com uma área de 11,84m<sup>2</sup>. Ao todo são 11 salas para cada dois ou três docentes.

Por ser um patrimônio antigo, o prédio não apresentava acessibilidade. Foram necessárias alterações para minimizar as dificuldades. Estão sendo reformadas as alas I e II, no subsolo, buscando atender algumas necessidades apontadas tais como o aumento do número de salas de aula e adequação com rampas de acesso e sanitários para atender aos alunos com necessidades especiais, conforme Normas Técnicas ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

Atualmente, para disponibilizar o acesso aos andares superiores há uma cadeira de rodas especial para transposição de escadas chamada “Stair Trac” que atenderá as demandas até que o novo prédio seja construído.

O prédio anexo terá uma circulação vertical (escada e elevador) atendendo totalmente o prédio novo e o antigo. Assim, o conjunto institucional será acessível na sua totalidade.

## 4 AVALIAÇÃO DO CURSO

De acordo com o Projeto Institucional de 2009 da Universidade Federal do Pampa, a avaliação é parte constitutiva do sistema e tem papel de acompanhar o desenvolvimento da proposta institucional de forma permanente. A concepção adotada vai ao encontro da proposta do SINAES do MEC.

Cada instituição tem sua história e constrói concretamente suas formas e conteúdos próprios que devem ser respeitados. No desenho da regulação e da avaliação, cada instituição deveria submeter-se ao cumprimento das normas oficiais e aos critérios, indicadores e procedimentos gerais, porém, ao mesmo tempo, exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejável, processos avaliativos que também correspondam a objetivos e necessidades específicos (BRASIL, 2009, p. 73).

Dessa forma, o planejamento e a avaliação da universidade serão pautados pelos seguintes princípios:

- 1 Planeja e avalia quem faz, entendido que os atos de planejar e avaliar cabem a quem tem capacidade de decidir e a responsabilidade de conduzir e implementar o que foi planejado;
- 2 Participativo, entendido como um processo no qual as ações de pensar e fazer são partilhadas pela comunidade universitária;
- 3 Descentralizado, entendido que todos os atores, a partir de seus papéis e balizados pelas definições amplas da instituição, devem definir seus objetivos e metas;
- 4 Planejamento e avaliação como processos indissociáveis, entendido que o mesmo ato define o projeto e seu sistema de acompanhamento;
- 5 Planejamento e avaliação como processos pedagógicos contínuos, entendido que o projeto requer sistemático aprendizado da situação de modo a ajustar as ações para o alcance dos objetivos almejados;
- 6 Avaliação do desempenho funcional dos servidores como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários (UNIPAMPA, 2009).

A partir do citado, os envolvidos no Curso de Superior de Tecnologia em Gestão Pública entendem como fundamentais os cinco primeiros princípios para a Gestão do mesmo. Para tanto, o Curso conta com a CPA – Comissão Própria de Avaliação, a qual ainda está em estruturação, mas já oferece orientações e acompanhamento ao trabalho realizado.

A Comissão Própria de Avaliação da UNIPAMPA foi constituída pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Considerando suas características multicampi, a CPA da UNIPAMPA é constituída por:

- I – Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada Campus da UNIPAMPA;
- II – Comissão Central de Avaliação (CCA/UNIPAMPA).

A CCA é uma organização de representantes de todas as CLA's e tem como atribuições elaborar o projeto de autoavaliação institucional; promover uma cultura avaliativa; coordenar procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação; acompanhar e orientar o processo de avaliação; desenvolver estudos e análises e elaborar proposições com vistas a aperfeiçoar o projeto de avaliação institucional, apresentando-as a administração e ao conselho universitário; elaborar e apresentar relatórios; prestar informações ao INEP e prestar informações solicitadas.

Já as CLA's são as comissões que trabalham nos campi da instituição. Sendo assim,

cada Campus possui a sua Comissão Local e tem como atribuições: sensibilizar a comunidade acadêmica; desenvolver os processos de autoavaliação; organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades e sistematizar e prestar informações solicitadas pela CCA. Nos campi são compostos por: um representante docente, um técnico administrativo, um discente e um membro da sociedade civil. No caso de Livramento (Professor-Victor Hugo, TA- Álvaro Monson, discente- Vinícius Fialho e Cláudio Pedroso – sociedade).

No Campus Livramento, a cada final de semestre é aplicada a avaliação institucional. A mesma consiste em um instrumento de pesquisa disponibilizado aos estudantes no laboratório de informática. Essa investigação refere-se à avaliação dos componentes curriculares ministradas no período, bem como a postura individual de cada docente. Além disso, o estudante tem a oportunidade de avaliar o Curso, o Coordenador e alguns setores do Campus (direção, coordenação acadêmica). Há uma questão aberta em que o aluno poderá expor suas críticas e sugestões.

Este trabalho colabora para a gestão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e para a reflexão dos profissionais que atuam no mesmo, buscando sempre a melhoria e a qualidade da educação oferecida. Os dados coletados na pesquisa subsidiam reuniões pedagógicas no Campus.

O Curso de Superior de Tecnologia em Gestão Pública também pretende utilizar o resultado do ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, para avaliar o rendimento dos alunos ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos do curso os quais embasam a formação desejada. Ainda não houve a oportunidade de participação no exame, porém, assim que houver, o resultado será utilizado para as reflexões do Curso.

Colaborando com a Gestão do Curso, o NuDE do Campus possui um projeto chamado “Perfil do Aluno Egressante”. Questões referentes à formação geral e específica do estudante são contempladas no instrumento de pesquisa. Por exemplo, qual o conhecimento que o formando possui na área de informática e línguas estrangeiras, e se a atividade acadêmica teve influência nesse conhecimento. Informações referentes ao oferecimento por parte do Curso e a participação do estudante em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contribuições do curso sobre aspectos humanísticos, como ética, criticidade, avaliação do Curso, dos docentes e do Currículo, além de críticas e sugestões. Conseqüentemente, esta pesquisa também auxiliará o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na sua autoavaliação.

Ademais, as atividades didático pedagógicas são planejadas e avaliadas mensalmente em reuniões convocadas para tal fim. Nestas reuniões são chamados, além dos docentes pertencentes à Comissão de Curso e ao NDE, outros professores que estejam em atividade no curso. Enfim, a avaliação institucional, assim, integra, portanto, o Projeto Institucional e destina-se a acompanhá-lo, descobrindo avanços, dificuldades e potencialidades no decorrer do tempo, permitindo a contínua adequação às responsabilidades da instituição.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 89.758**, de 06 de junho de 1984. Dispõe sobre a matrícula de cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 07 de junho de 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 121**, de 02 de outubro de 1984. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 02 de outubro de 1984.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 28 de abril de 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 436**, de 02 de abril de 2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 06 de abril de 2001.
- BRASIL. **Decreto nº 4.281**, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 26 de junho de 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 29**, de 02 de dezembro de 2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 03 de dezembro de 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 03**, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 19 de dezembro de 2002.
- BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 15 de abril de 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 03**, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 19 de maio de 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 5.105**, de 14 de junho de 2004. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão

de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, de 21 de agosto de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 15 de junho de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 22 de junho de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 13 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 10**, de 28 de julho de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 11 de julho de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 261**, de 09 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 10 de novembro de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 277**, de 07 de dezembro de 2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 01 de junho de 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 14 de janeiro de 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 11 de março de 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 26 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES**. 5. ed. Brasília: INEP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CONAES nº 04**, de 17 de junho de 2010. Sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 18 de junho de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CONAES nº 01**, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 18 de junho de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 488**, de 20 de dezembro de 2011. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 22 de dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 08**, de 06 de março de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 30 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 31 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 18 de junho de 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 30 de agosto de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.824**, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 15 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 18**, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 15 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação –** Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília, nov., 2012.

ELZIRIK, Marisa Faermann. **Democratização na Escola**: como as relações perceptivas e de poder marcam as práticas pedagógicas. Revista do Professor, Jan./Mar. 2003, vol. 73, nº 19, p.45-48.

GUTIERREZ-BOTTARO, S. E. **El fenómeno del bilingüismo en la comunidad fronteriza uruguayo-brasileña de Rivera**. In: CONGRESO BRASILENO DE HISPANISTAS, 2, 2002, San Pablo. Proceedings online. Associação Brasileira de Hispanistas. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000012002000100053&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000012002000100053&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 30 out. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **Localização do município de Santana do Livramento**. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php)>. Acesso em: 05 out. 2012

SANTANA DO LIVRAMENTO. **Lei nº 6.189**, de 21 de maio de 2012. Extingue cargos, altera atribuições e requisitos para provimento, e cria os novos cargos de provimento efetivo que especifica, todos integrantes do “Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura de Sant’Ana do Livramento, instituído pela lei Municipal nº 2.717/90 e suas alterações posteriores. Santana do Livramento, RS, 21 de maio de 2012.

SAUL, Ana M. **Avaliação Emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional 2009**. Disponível em: <[http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO\\_INSTITUCIONAL\\_16\\_AG0\\_2009.pdf](http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 697**, de 26 de março de 2010. Designa a Comissão Própria de Avaliação. Bagé, RS, 26 de março de 2010

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. Conselho Universitário. **Resolução nº 5**, de 17 de junho de 2010. Aprova o Regimento Geral da Universidade, nos termos em que foi apresentado. Bagé, RS, 17 de junho de 2010.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. Conselho Universitário. **Resolução nº 20**, de 26 de novembro de 2010. Dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição. Bagé, RS, 26 de novembro de 2010.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. Conselho Universitário. **Resolução nº 29**, de 28 de abril de 2011. Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Bagé, RS, 28 de abril, 2011.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 1.115**, de 07 de junho de 2011. Designa o Núcleo Docente Estruturante. Bagé, RS, 07 de junho de 2011.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 0.343**, de 27 de abril de 2012. Designa o Núcleo Docente Estruturante. Bagé, RS, 27 de abril de 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e Projeto Político-pedagógico**: uma relação regulatória ou emancipatória?. Cad. CEDES, dez. 2003, vol. 23, n. 61, p. 267-281. ISSN 0101-3262.

VIEIRA, Sofia (org). **Gestão da Escola**: desafios a enfrentar. Rio Janeiro: DP&A, 2002.

## APÊNDICE

### **Regulamento para a elaboração do artigo de trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

Art. 1º. As presentes normas regulamentam a elaboração do artigo a ser desenvolvido como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Parágrafo único. O artigo obrigatoriamente deverá ser resultado de uma pesquisa aplicada, como sendo aquela voltada à aquisição de conhecimentos objetivando sua aplicação numa situação ou contexto específico.

Art. 2º. O artigo deverá ser apresentado no seguinte formato:

I – Papel: A4 (29,7 x 21 cm).

II – A orientação do papel a ser adotada deverá ser o retrato.

III – As margens deverão seguir o seguinte padrão: Superior 3 cm; Inferior 2 cm; Direita 2 cm; e Esquerda 3 cm.

IV – O trabalho deverá ser redigido nos seguintes editores de texto: Word do Office 2003 ou posterior, BrOffice ou outro que venha a substituí-los.

V – O artigo deverá adotar como fonte as letras *Times New Roman* ou Arial, ambas no tamanho 12.

VI – Deverá ser adotado como padrão o espaçamento simples entre linhas.

VII – O alinhamento adotado para os parágrafo deverá ser o justificado.

VIII – A margem do início do parágrafo deverá ser 1,5 cm.

IX – O artigo deverá ter no mínimo 16 (dezesesseis) páginas e não deverá exceder 20 (vinte) páginas, incluindo quadros, tabelas, gráficos, figuras, referências bibliográficas e notas de final de texto.

X – O artigo deverá ser paginado no rodapé com alinhamento ao lado direito. Não deverá ser incluído número na primeira página.

XI – Não devem ser colocadas notas no rodapé, mas inseridas como notas de final de texto.

XII – As citações deverão ser inseridas no corpo do texto, incluindo o sobrenome do autor da fonte, a data de publicação e o número de página (se for o caso), conforme normas da ABNT.

Art. 3º. O artigo deverá ter os seguintes elementos na sua estrutura:

I – Resumo em língua portuguesa e em língua estrangeira, preferencialmente inglês ou espanhol.

II – Introdução.

III – Referencial teórico.

IV – Método.

V – Apresentação dos resultados.

VI – Conclusões ou Considerações Finais.

VII – Notas de Final de texto.

VIII - Referências Bibliográficas ou Bibliografia.

Parágrafo único. Os elementos referenciados nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VIII são elementos obrigatórios do artigo.

Art. 4º. O artigo deverá apresentar os seguintes elementos na primeira página:

I – Título do trabalho, com todas as principais palavras iniciando-se em maiúscula, fonte tamanho 14, negrito e centralizado.

II - Nome do aluno e do professor orientador.

III – Resumo do trabalho.

IV – Palavras chave, no mínimo 3 (três).

Parágrafo único. O resumo do trabalho deverá ter no mínimo 2.400 caracteres e máximo 3.200 caracteres contendo: objetivo, menção breve ao quadro teórico de referência, método, principais resultados e conclusões.

Art. 5º. A introdução do artigo deverá apresentar o assunto específico que será tratado no trabalho, informando ao leitor, de forma objetiva e clara, sobre o que vai ser desenvolvido, como se chegou ao problema, qual a sua gênese, por que da opção pelo tema e os objetivos do trabalho.

Art. 6º. O referencial teórico deverá apresentar estudos, com as devidas citações que embasam a pesquisa do aluno.

Art. 7º. Os procedimentos metodológicos deverão conter os seguintes elementos:

I – Método escolhido e justificativa para a sua utilização.

II – Técnica(s) de coleta de dados.

II – Técnica(s) de análise dos dados.

Art. 8º. Na seção de apresentação dos resultados deverão ser descritos os resultados

encontrados com a aplicação do método escolhido.

Art. 9º. Nas conclusões ou considerações finais o tema do trabalho deverá ser retomado, analisando se a pergunta da pesquisa e se os objetivos foram atingidos. O aluno poderá apresentar sugestões de futuras pesquisas sobre o tema.

Art. 10. As referências bibliográficas completas do(s) autor(es) citado(s) deverão ser apresentadas em ordem alfabética, no final do texto, de acordo com as normas da ABNT, alinhado à esquerda.

Art. 11. O artigo será avaliado por uma banca examinadora composta pelo orientador e dois professores ou o orientador, um professor e um membro da comunidade externa, os quais elaborarão uma ata com a nota e as considerações que será encaminhado para o professor responsável pela disciplina de desenvolvimento do artigo.

§ 1º. A formação mínima exigida para o membro da comunidade externa é a graduação.

§ 2º. O membro da comunidade externa deve ser aprovado pelo professor responsável pela disciplina.

Art. 12. O artigo poderá ser desenvolvido por alunos que tenham cursado e aprovado nas disciplinas que atinjam no mínimo 60% da carga horária total do curso.

Art. 13. Os casos omissos ao regulamento serão tratados na Comissão de Curso que apresentará a solução.

Art. 14. O presente regulamento entra em vigor na data da aprovação pela Comissão de Curso, revogadas as exposições contrárias.

Santana do Livramento - RS, 24 de julho de 2013.